

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 083/084

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 10: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 01: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE JUNHO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o

Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 197/2000, de sua autoria, que “proíbe a instalação e funcionamento de caça-níqueis no Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 199/2000, que institui o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Resolução nº 004/96, item 06, em 2ª discussão, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja adiado o prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2001, por 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário que a Sessão Ordinária do dia 21 de junho seja realizada no período da manhã as 10h00.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(aa) ADEMAR TRAIANO, NEREU MOURA, HERMES FONSECA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DIVANIR BRAZ PALMA, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, SÉRGIO SPADA, PASTOR EDSON PRACZYK, RICARDO MAIA, LUIZ CARLOS ZUK E IRINEU COLOMBO.

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão

de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do vereador Hildebrando Leopoldino da Silva, da Câmara Municipal de Munhoz de Mello, ocorrido hoje.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 57 anos de idade faleceu, nesta data, o vereador Hildebrando Leopoldino da Silva, que exerceu por 20 (vinte) anos o mandato de vereador na Câmara Municipal de Munhoz de Mello. Tendo ocupado por três vezes a presidência da mesma.

O passamento do vereador Hildebrando veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Hildebrando Leopoldino da Silva.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Hildebrando Leopoldino, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Hildebrando Leopoldino para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Hildebrando Leopoldino da Silva sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O vereador Hildebrando Leopoldino da Silva foi também, presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB de Munhoz de Mello.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar, à senhora Celeni Comelli Berto pelo falecimento do senhor Rudiney Valduga, do município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento prematuro do senhor Rudiney Valduga, deixou consternada a população de Catanduvas. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Rudiney Valduga soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar, à senhora Ives Calegari pelo falecimento do senhor Pedro Celestino Calegari, do município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma grande e tradicional família, o senhor Pedro Celestino Calegari deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era benquisto por todos. Participava ativamente das boas ações do seu município. Semeou junto à população ao longo da sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Calegari, endereçando a ela, através da senhora Ives Calegari, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Antonio Valério, falecido no último dia 19 de junho, no município de Maringá.

Peço enviar cópia à família enlutada na Avenida Humaitá, 237, apto. 202, Edifício Lord Ville, Zona 4 - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nesta Casa de Leis, votos de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo senhor presidente da República Árabe da Síria Hafez Al Assad, ocorrido no último dia 10 do corrente.

O Centro Cultural Árabe Brasileiro, representado pelo seu presidente senhor Ibrahim Nasri Youssef, e a imensa Colônia Árabe do Estado do Paraná pretendendo prestar uma homenagem póstuma ao grande líder e mediador dos povos árabes por durante três décadas, vem através deste parlamentar lembrar os grandes feitos desse líder.

Hafez Al Assad, assumiu o poder em 16/11/70, foi eleito por quatro mandatos de 7 anos cada e sempre se elegeu por unanimidade absoluta. Conquistou a confiança, o amor e a simpatia do seu povo e o respeito dos maiores líderes mundiais.

Defendeu seu país em 1973 quando do conflito árabe-israelense que durou por mais de 120 dias.

Homem de grande sabedoria, um grande estrategista, um político digno e acima de tudo um grande administrador e responsável pela construção e modernização da Síria de hoje, levando seu país a um grande destaque internacional.

Lutador emérito pela paz do oriente médio - entre árabes e judeus - mantendo-se sempre favorável à devolução de todos os territórios ocupados por Israel - sem exceção.

Atuou com coerência e sabedoria, levando seu país ao progresso tecnológico e industrial. Foi solidário ao povo irmão - o Líbano - e a pedido desse governo enviou tropas para defender e manter a ordem e a dignidade do Líbano, seu povo irmão.

Teve encontros importantes com os principais líderes mundiais, sendo que o seu último encontro foi com Bill Clinton no Palácio do Povo em Damasco.

Sua participação foi decisiva no processo de paz e retirada das tropas israelenses do sul do Líbano.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Casemiro Stanizewski, ocorrido no município de Campo Mourão - PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família enlutada. (Rua São Paulo, 1798 - CEP: 87300-000 - Campo Mourão - PR)

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma família, o senhor Casemiro Stanizewski deixa esposa, filhos e netos. A eles deixa, também como legado, uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Pioneiro de Campo Mourão, de tradicional família, o senhor Casemiro foi expedicionário da FEB - Força Expedicionária Brasileira, tendo lutado na 2ª Guerra Mundial em 1945, fazendo parte do Batalhão de soldados que lutaram na Tomada de Monte Castelo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar, à senhora Edelcir Garmus pelo falecimento do senhor Sérgio Garmus, do município de São João.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Vereador por duas legislaturas, o senhor Sérgio Garmus, do município de São João, deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Homem humilde, iniciou a sua vida pública em São João. Com certeza, jamais e em tempo algum fez sequer uma inimizade, sobretudo em função, da sua maneira calma, tranqüila e serena de ser.

O município de São João encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exce-

lentíssimo senhor doutor João Féder, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela sua aposentadoria aos 70 anos de idade que deverá acontecer no próximo dia 24.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor conselheiro doutor João Féder.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O eminente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, doutor João Féder, atingirá, no próximo dia 24, a idade limite para aposentadoria compulsória, razão porque, infelizmente, será obrigado a se afastar das funções.

O doutor João Féder, pelo seu incansável trabalho durante todo o período que exerceu com brilhantismo como conselheiro daquele colendo Tribunal, ainda teria muito para dar.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que por seus esforços, tudo fez por esta sociedade da qual é membro eminente.

Embora não corresponda à magnitude e a grandeza de seus méritos, servirá, todavia, esta mensagem, para testemunhar nossa gratidão imorredoura. Que seu espírito de luta, sua coragem indômita, sirvam de exemplo a nortear os nossos passos no caminho da honra e do dever.

Homens como o doutor João Féder são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries e os preconceitos.

Honrá-los é, pois um pequeno ato de reconhecimento e imitá-los é um dever.

Orgulha-se, portanto, a comunidade paranaense, em legar aos pósteros este exemplo de virtude do doutor João Féder, para que lhes sirva de modelo e estímulo. Seu nome ficará gravado no coração do povo paranaense, com o estilete da eterna gratidão.

Para que conste dos Anais da Assembléia Legislativa, anexamos ao presente, o Curriculum Vitae do doutor João Féder.

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulação ao desembargador Pacheco Rocha pela posse da vice-Presidência e Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Requer ainda que do presente se dê ciência ao desembargador Pacheco Rocha, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional Eleitoral é sem dúvida, peça decisiva para que o processo eleitoral corra sempre de forma ordenada e justa.

Por entender que muito do êxito deste processo depende da coordenação competente do TRE, venho, diante da aprovação do presente requerimento, homenagear o novo vice-presidente e corregedor, desembargador Pacheco Rocha, e desejar muito sucesso na condução das eleições de nosso Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulação ao desembargador Tadeu Marino Loyola pela posse da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Requer ainda que do presente se dê ciência ao desembargador Tadeu Loyola, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional Eleitoral é sem dúvida, peça decisiva para que o processo eleitoral corra sempre de forma ordenada e justa.

Por entender que muito do êxito deste processo depende da coordenação competente do TRE, venho, diante da aprovação do presente requerimento, homenagear o novo presidente e desejar muito sucesso na condução das eleições de nosso Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulação ao doutor Tadeu Marino Loyola, por ter assumido o cargo de novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, TRE.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao desembargador Pacheco Rocha, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Assumiu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral, TRE, nesta semana, o desembargador Tadeu Marino Loyola.

Ele substituiu o desembargador Altair Patitucci no cargo e veio da Corregedoria Eleitoral, cujo posto foi ocupado pelo desembargador Roberto Pacheco Rocha.

O doutor Tadeu Marino Loyola, que merecidamente ocupa este importante cargo, ficará neste posto até 1º de fevereiro de 2001.

Pela indicação e assunção ao cargo, receba o doutor Tadeu Marino Loyola (Alameda Cabral, 184, Centro, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de louvor, ao senhor Ricardo Foster, morador do município de Foz do Iguaçu, é personalidade de destaque em sua cidade

O senhor Ricardo Foster exerce a atividade de diretor do Hospital Costa Cavalcanti, há anos com dedicação e competência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento na área da Saúde em Foz do Iguaçu e região.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) SERGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de louvor, ao senhor Lino Fontana, morador do município de Foz do Iguaçu, pelos relevantes serviços prestados ao município.

O senhor Lino Fontana é um dos agricultores pioneiros do município e com sua dedicação e competência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de nossa comunidade.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) SERGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de louvor, ao senhor Francisco Ferreira Motta, morador do município de Foz do Iguaçu, pelos relevantes serviços prestados ao município e à laboriosa classe dos motoristas de taxi de Foz do Iguaçu.

Francisco Ferreira Motta vem exercendo a presidência do Sindicato dos Taxistas, com dedicação e

competência onde tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de nossa comunidade.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) SERGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Rose Mary Dutra Melo, residente à rua Marechal Anor Teixeira dos Santos, nº 811 - bairro Boa Vista - Abaeté II, que pede a implantação de uma caixa coletora de correspondência nas proximidades de sua residência, tendo em vista que no local não há posto de correio. Será um grande benefício para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 357-2745.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Alice Mafon Agner, residente à Rua Maria Nassar Schaustek, nº 1072 - Jardim Eulália - município de Araucária, que solicita a implantação de um aparelho telefônico público em frente à Panificadora Branca e Preta, sita onde ela reside, mencionado acima. Não há nenhum aparelho nas proximidades e o atendimento do presente será de grande valia para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 253-6213 - recados com Sarita.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor Valdecir Bauduíno Ribeiro, que pede a implantação de um aparelho telefônico público no Bar do Valdão, sito à Rua Visconde de Mauá, nº 19 - Jardim São Carlos - município de Alm-

irante Tamandaré. Com o atendimento do presente, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforçando solicitação de destinação de um veículo para a Delegacia de Polícia Civil do Município de Jundiá do Sul, protocolado naquele órgão estadual sob nº 4.472.516-9.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 205/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, tendo como sede a cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A criação do Batalhão Metropolitano de Polícia Militar constitui antiga reivindicação da população de Maringá e região.

O noroeste do Estado do Paraná, que tem Maringá como município pólo microrregional, é uma região em constante desenvolvimento, contando com grandes indústrias instaladas e outras acenando para futuras instalações.

Com o progresso, infelizmente chega a falta de segurança, e neste item o 4º Batalhão Policial Militar em Maringá já não atende às necessidades da população.

O 4º BPM exerce atuação em 23 municípios do noroeste de nosso Estado além de Maringá, em cujo último censo demográfico contava com uma população de 275 mil, chegando atualmente a aproximadamente 300 mil.

O aumento da criminalidade no noroeste do Estado acena para urgente revisão no planejamento de segurança pública na área afeta ao 4º BPM, havendo necessidade de redistribuição na área de ação do referido batalhão, redimensionamento das suas atribuições e o emprego mais concreto de suas tropas.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 206/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no município de Andirá, através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, com o município de Barra do Jacaré, fazendo parte de sua área de abrangência.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa contemplar aos municípios do progressista município de Andirá, que há muito vêm clamando pela criação de uma Ciretran - Circunscrição Regional dos Serviços de Trânsito, abrangendo, também, os proprietários de veículos do município de Barra do Jacaré, que poderão resolver as questões relacionadas com o trânsito com maior facilidade.

Como se trata de matéria de enorme alcance social, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 207/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no município de Ribeirão do Pinhal, através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, com área de abrangência nos municípios de Abatiá e Jundiá do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa contemplar aos municípios do progressista município de Ribeirão do Pinhal, que há muito vem clamando pela criação de uma Ciretran - Circunscrição Regional dos Serviços de Trânsito, abrangendo, também, os proprietários de veículos dos municípios Abatiá, Andirá e Jundiá do Sul, que poderão resolver as questões relacionadas com o trânsito com maior facilidade.

Como se trata de matéria de enorme alcance social, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 208/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Reinhardt de Assistência Social - ARAS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Reinhardt, tem como objetivo promover terapia integral ao portador de distúrbios neuro evolutivos e/ou outros tipos de deficiências, garantindo-lhes uma atenção integral de saúde em regime ambulatorial, programas de suporte social e educacional bem como, o desenvolvimento de projetos para atividades terapêuticas ocupacionais.

PROJETO DE LEI Nº 209/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Escola de Educação Especial Nova Esperança, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A entidade tem como finalidade treinamento de base aos alunos não alfabetizados, mas capazes de realizar algum aprendizado relacionado sobretudo com a autonomia de base. Classe funcional aos alunos alfabetizados, só de maneira funcional, ou seja operacional para conseguir a autogestão e a integração sócio-ambiental, leitura, escrita e cálculo que utilizam este aprendizado com instrumentos de vida e integração.

PROJETO DE LEI Nº 210/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “C.R.V.V. - Centro de Reintegração e Valorização da Vida”, com sede e foro no município de Apucarana/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “C.R.V.V. - Centro de Reintegração e Valorização da Vida”, que tem por objetivo prestar atendimento a dependentes do álcool e das drogas e também aos seus familiares. Atendem atualmente 1.200 pessoas em reuniões periódicas. Já passaram um total de 4.000 mil pessoas pela entidade, sendo que destas, mais de 500 saíram recuperadas do álcool e mais de 100 recuperadas das drogas, e que hoje estão no convívio normal de seus familiares e com a sociedade.

A entidade atende além do município de Apucarana também os municípios de: Califórnia, Faxinal, Jardim Alegre, Grandes Rios, Colorado e Itaguagé.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 211/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Recreativa Cultural dos Aposentados Pensionistas e Idosos de Apucarana”, com sede e foro no município de Apucarana/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “Associação Recreativa Cultural dos Aposentados Pensionistas e Idosos de Apucarana”, que tem por objetivo atender idosos de ambos os sexos, proporcionando a eles a oportunidade de socialização através de recreação e lazer de caráter cívico, cultural, religioso e comunitário.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 212/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica outorgado ao senhor doutor Annibal Bianchini da Rocha o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

1. “O Jardineiro de Maringá”

Annibal Bianchini da Rocha é um homem que se confunde com a história da arborização e ajardinamento de Maringá, pois foi o primeiro agrônomo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contratado para auxiliar o também agrônomo Luiz Teixeira Mendes na condução do Horto Florestal de Maringá.

Luiz Teixeira Mendes, que criou a reserva florestal, retornou a São Paulo, mas Annibal Bianchini ficou em Maringá e de lá nunca mais saiu.

Graças a Annibal, com o apoio da CMNP, a cidade de Maringá preserva até hoje em suas ruas e avenidas diversas espécies de árvores raras, frondosas, cujo legado é uma lição de amor à natureza. Se Maringá é considerada uma das cidades mais arborizadas do Brasil, recebendo o epíteto de “cidade ecológica”, muito deve a Annibal Bianchini, seu jardineiro, título que ele aceita com muito orgulho e honra. Seu maior prazer, como ele próprio faz questão de salientar, é ver que existem hoje moradores de Maringá dispostos a travar uma enorme batalha diante de qualquer tentativa de se derrubar uma árvore, sem motivo aparente, na frente de suas casas.

2. História Biográfica

Annibal Bianchini da Rocha nasceu em 1928 na cidade de Santos e formou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba. Ainda não tinha terminado a faculdade quando decidiu viajar ao Norte do Paraná para comprar alguns lotes de terras, em março de 1949. Adquiriu dois lotes, um de 20 e outro de 15 alqueires, no local que viria a se chamar mais tarde de Fazenda Santa Júlia, no atual município de Uniflor. Quase três anos depois, mais precisamente no dia 29 de fevereiro de 1952, veio com a família para Maringá.

Surgiu a oportunidade de trabalhar na Companhia Melhoramentos, e que não foi rejeitada. O agrônomo ingressava em seu primeiro emprego, em março de 1952. Era para ajudar o colega de profissão, então com 68 anos de idade, Luiz Teixeira Mendes, que havia sido contratado pela Companhia para definir a política de arborização da cidade de Maringá, através da criação do Horto Florestal. Empolgado com o trabalho, com o qual já se identificava por completo, Annibal Bianchini da Rocha trouxe para Maringá o que tinha de melhor, principalmente nos Estados de São Paulo e de Santa Catarina, em relação a espécies arbóreas.

Com o passar dos anos Bianchini teve também participação na definição de planos de aberturas de fazendas, primeiro as de café, depois as de gado e assim por diante. Com saudosismo, lembrou-se que a Companhia chegou a ter uma equipe de 10 agrônomos. No entanto, foi sempre o serviço de contato com o verde que o fascinou de forma mais eloquente, a ponto de nunca ter se esquecido de um

lema adotado pelo falecido Luiz Teixeira Mendes, para reforçar a paixão pela ecologia já naquela época: “Plante boas árvores, plante sempre, até para seus inimigos, porque os homens passam e as árvores ficam”.

Afinal, desde o início do desenvolvimento do plano de arborização e ajardinamento de Maringá que, de acordo com o agrônomo, existia a preocupação de se despertar por Maringá a mentalidade de preservação do verde, da natureza. O objetivo era fazer com que as futuras gerações passassem a sentir uma incontável paixão pelo “patrimônio” da ecologia. Era também nítida a idéia de, no futuro, atrair outras pessoas, outros administradores, para copiar o modelo aqui definido. E isso ocorreu. Um dos secretários do ex-prefeito de Londrina, Milton Meneses (falecido), procurou o agrônomo da Companhia Melhoramentos no início dos anos 50 para reproduzir em Londrina processo semelhante ao implantado em Maringá. Este secretário, que, cerca de duas décadas depois, veio a ser prefeito de Maringá, chamava-se Adriano José Valente.

3. Outras Histórias

Annibal Bianchini da Rocha foi secretário da Agricultura do Paraná durante o primeiro governo de Ney Braga; ajudou a fundar o Rotary Club de Maringá, tendo sido um de seus diretores; participou da fundação do Maringá Clube, com a ajuda da Companhia Melhoramentos; participou da fundação do Clube Hípico de Maringá; criou a Colmar (Cooperativa de Laticínios de Maringá) em 1967, que lançou o leite pasteurizado “Leite Maringá”, o primeiro do Norte do Paraná a chegar em Curitiba; foi um dos criadores do Curso de Agronomia da UEM.

Antes de listar alguns acontecimentos que considerava marcantes na história de Maringá, Annibal gosta de mencionar, a título de curiosidade, o fato de que existe um significado especial na ornamentação da praça em frente ao Aeroporto Gastão Vidigal, onde foram plantados 22 coqueiros para simbolizar os 22 praças (soldados combatentes da 2ª Guerra Mundial) e 3 palmeiras para simbolizar 3 oficiais, em ordem unida, saudando quem chega à cidade.

Para Annibal Bianchini, entre os fatos que marcaram a história de Maringá, por ele presenciados, podem ser destacados: a emancipação política de Maringá, em 10.05.1947; a construção do Hotel Bandeirantes (na época, Grande Hotel), em 1955; e o Festival do Cinema Nacional no Cine Maringá, que foi inaugurado em 1955.

Casado com Aparecida Thereza Azevedo da Rocha, Annibal Bianchini da Rocha, tem quatro filhos, a Engenheira Química Carmem Lúcia e os Agrônomos Antonio Carlos, Júlio e Annibal, e mais dez netos.

O presente projeto de lei pretende homenagear uma das ilustres personagens da história da ecologia do Paraná, responsável direto pela implantação e preservação da arborização de Maringá, tornando-a uma das cidades mais lindas no cenário da ecologia paranaense e

nacional, como exemplo a ser seguido em todo o território brasileiro.

Ao “Jardineiro de Maringá” as homenagens de todo o povo paranaense, por este título que tanto o enobrecerá.

PROJETO DE LEI Nº 213/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através das Secretarias de Segurança Pública e da Fazenda, determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, com o objetivo de proporcionar melhores condições no combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(aa) CESAR SELEME, PASTOR EDSON PRACZYK, EDNO GUIMARÃES, ANTONIO BARATTER, ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM NOVAES, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ALBANOR GOMES, DIVANIR BRAZ PALMA e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo sugestões da maioria dos depoentes apresentamos o presente projeto objetivando estabelecer a participação de fiscais da Fazenda Estadual no processo de prevenção e repressão ao roubo de cargas em nosso Estado. Justifica-se a presença do fiscal fazendário face ser parte de sua função adentrar aos locais suspeitos para fiscalizar, quando os policiais só podem fazê-lo mediante mandado judicial. Além do mais é indiscutível a prática que a Secretaria da Fazenda tem em relação a descobrir fraudes nas Notas Fiscais para distribuição de mercadorias roubadas com a pretensão de criar uma legalidade.

De todos os depoimentos que temos ouvido não há forma mais simplificada de fazer uma real fiscalização, é com certeza através da cooperação com a Receita Estadual, face ser sua real atribuição: fiscalização!

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput*, do artigo 295, da Lei Complementar nº 03, de 15 de junho de 1974, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 295 - O cargo de provimento em comissão de diretor da Polícia Civil, símbolo DAS-2, que a partir

desta lei passa a denominar-se delegado geral da Polícia Civil, será exercido por bacharel de Direito, ocupante de cargo de delegado de polícia escolhido em eleição direta, na forma desta lei.

I - O delegado geral da Polícia Civil será escolhido pelo governador do Estado, dentre integrantes da primeira classe da carreira de delegado, indicados em lista tríplice eleita por todos os servidores do Quadro de Carreira da Polícia Civil.

II - O indicado para delegado geral da Polícia Civil exercerá o cargo por um período de dois anos, vedada a recondução e reeleição para compor lista tríplice.

III - A coordenação geral do processo eleitoral será do secretário de Segurança Pública, que comporá Comissão Eleitoral, com antecedência de noventa dias, composta por um representante do Sindicato da Polícia Civil, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, um representante da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um representante do Conselho da Polícia Civil, um representante do Ministério Público e um representante do Poder Judiciário.

IV - A Comissão Eleitoral terá a incumbência de elaborar as regras de todo o processo eleitoral, no prazo do inciso anterior, receber e proceder a análise das candidaturas, oferecer homologações e conduzir a eleição até apuração dos votos e anúncio dos eleitos, dirimindo também quaisquer dúvidas em nível de recurso.

V - Concorrerão à lista tríplice os delegados de carreira de primeira classe que voluntariamente inscreverem-se como candidatos junto à Comissão Eleitoral até sessenta dias antes do pleito.

VI - O voto será obrigatório, secreto, direto, plurinomial, e a cédula conterá, em ordem alfabética, o nome de todos os candidatos que obtiveram homologação das candidaturas pela Comissão Eleitoral, sendo rubricada por no mínimo quatro de seus membros, sendo vedado o voto via postal ou similar e o voto por procuração.

VII - A eleição será centralizada na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública e será realizada sempre no décimo dia de setembro do ano do término do mandato em exercício, exceto a primeira eleição que ocorrerá 120 dias após a promulgação da presente lei, não podendo o período de votação exceder a dez dias, sendo aceita urna itinerante que, juntamente com membros da Comissão Eleitoral, percorrerá todas as delegacias e órgãos da Polícia Civil do Estado.

VIII - Na hipótese de não homologação de no mínimo uma candidatura, a indicação da lista tríplice será realizada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, observados os preceitos constantes das alíneas do inciso XII, desta lei, ficando, logo após dissolvida a Comissão Eleitoral.

IX - Encerrada a votação com a lavratura de Ata circunstanciada, a Comissão Eleitoral se dissolverá após a remessa ao secretário de Segurança Pública, até o dia útil seguinte, da lista tríplice onde serão incluídos, em

ordem decrescente, os três candidatos mais votados e número de votos de cada um.

X - No caso de empate na votação, vencerá o candidato que possua o maior número de condecorações oficiais, o mais antigo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná e o mais idoso.

XI - O secretário de Segurança Pública encaminhará a lista tríplice, até o dia útil seguinte ao que receber, ao governador do Estado, que em quinze dias exercerá o direito de escolha dentre os nomes da lista.

XII - É inelegível e não poderá integrar a lista tríplice o delegado de carreira da Polícia Civil que:

a) não se encontre no exercício de suas funções até dois anos antes da data da eleição;

b) por falta disciplinar cometida nos últimos cinco anos tenha sofrido qualquer tipo de pena,

c) responda processo suscetível promover a perda do cargo;

d) tenha sido condenado por crime;

e) nos últimos cinco anos, tenha sido removido por interesse público;

f) já tenha exercido o cargo de diretor da Polícia Civil ou delegado geral.

XIII - O secretário de Segurança Pública providenciará pessoal de assessoramento à Comissão Eleitoral, bem como todo o material e recursos necessários para o cumprimento da presente lei, que correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A participação da comunidade policial civil na escolha do delegado geral da Polícia Civil, é sem dúvida uma manifestação pura do Estado Democrático de Direito.

Os agentes investigadores, os escrivães de polícia e os delegados de carreira, forma a família da polícia judiciária, e nada mais justo de que, todos, unidos, possam, opinando em eleição para formação de uma lista tríplice, que facilitará a escolha pelo secretário de Segurança e pelo governador do Estado de tão importante posto, integrar a carreira que convive diariamente com os problemas e conhecem as necessidades de reformas, transformações e aspirações da estrutura da Polícia Civil. É uma forma de os candidatos ao posto exporem antecipadamente seus pensamentos sobre o futuro da polícia, demonstrando seus planos de trabalho ao secretário, à classe que irá executá-los e ao povo do Paraná.

É um primeiro passo disciplinador, pois a carreira dos delegados de polícia, merece ser ouvida quando da escolha do delegado geral, por estabelecer fator de união da classe, tão necessária nos dias de hoje. É do seio da polícia que devem nascer as mudanças, o combate à cor-

rupção, e a eleição é um meio democrático que movimentará toda a Secretaria de Segurança Pública, que através do secretário, que atuará como coordenador geral do processo eletivo, compondo Comissão Eleitoral com diversos segmentos da área de segurança e da sociedade como um todo, implementará medidas que poderão indicar novos destinos à qualidade dos trabalhos desenvolvidos por aquela Pasta.

Conclamo a todos os Pares desta nobre Casa de Leis, para que se unam em torno da presente proposição, por se tratar de matéria de relevante interesse público, merecendo o devido apoioamento a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, aos demais amigos e companheiros do Paraná que nos visitam hoje.

Inicialmente, a nossa solidariedade aos servidores das Instituições de ensino Superior que se encontram nas dependências do Poder Legislativo nesta tarde de hoje, e com os quais haveremos de ter uma boa conversa, um bom debate no decorrer desta sessão, já que o horário especial está reservado ao pronunciamento de Vossas Senhorias.

Permitam-me aos presentes que não me manifeste neste momento acerca do assunto, porque na seqüência as lideranças partidárias, pelo menos dos Partidos de Oposição deverão assim proceder. No caso, hoje tínhamos programado um outro pronunciamento que entendemos também ser importante para nós, principalmente quando se trata de pequenas criações que estão tendo êxito no Estado do Paraná.

(Lê):

“Senhor presidente, senhores deputados.

A expansão da agroindústria, na medida em que contribui decisivamente para a fixação do homem no campo, é uma meta que vem sendo perseguida pelos governos nacional, estaduais e municipais. Nesse sentido, vale destacar uma das iniciativas bem sucedidas na Região Metropolitana de Curitiba, da Kaiser Coelhos, estabelecida há cerca de três anos em Agudos do Sul, a 60 quilômetros da Capital. A produção da empresa, em torno de quatro mil quilos por semana, está sendo comercializada em sete Estados do País, inclusive através de grandes redes de supermercados, como Carrefour e Sonae.

Além de empregos diretos e indiretos no abate-douro e na criação própria que mantém aquele município, inclusive fornecendo matrizes de alta linhagem, a Kaiser estimulou pequenos produtores rurais a se iniciarem na cunicultura, gerando mais empregos e uma fonte de renda complementar.

Há cerca de quatro meses, em parceria com o Carrefour, a Kaiser passou a abater, além de coelhos

criados da forma tradicional, também o que está sendo chamado de 'coelho ecológico', ou 'coelho caipira'. Esse produto já está à disposição dos consumidores na maioria dos 70 supermercados da rede em quase todo o Brasil. Esta parceria envolve também a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a Cooperativa Agrária de Entre Rios. A PUC se responsabiliza pelo acompanhamento técnico da produção, enquanto a cooperativa desenvolveu uma ração à base de produtos naturais. Até mesmo a soja foi eliminada da composição, para evitar o risco da presença de produto transgênico na ração.

De grande consumo na Europa e Estados Unidos, a carne de coelho vem se popularizando também no Brasil. Para se ter uma idéia da possibilidade de expansão em nosso País, basta lembrar que enquanto o Brasil consome dois milhões de coelhos por ano, essa é a demanda diária na Espanha. Como se observa, o mercado brasileiro é um enorme filão a ser explorado.

A carne de coelho satisfaz aos paladares mais exigentes não apenas pelo sabor, mas também por seu elevado valor nutritivo e pelo seu baixíssimo colesterol. Comparada com outras carnes, a de coelho só perde em valor nutritivo para a de avestruz. Com 40,15% de valor nutritivo, supera o frango (31,62%), o porco (27,11%) e a carne de gado (24,20%). Mas o fator que vem contribuindo decisivamente para o seu maior consumo, é o baixo índice de colesterol, que é de 50 mg por 100 gramas de carne, bem abaixo da 90 miligramas da carne de frango, 105 da carne de porco, 125 da carne de vaca. Cem gramas da carne de coelho contém 137 calorias, enquanto a vitela e o frango contém 115 e 85 calorias, respectivamente.

Diante disso, senhor presidente, senhores deputados, proponho que seja aprovado por esta Casa um voto de congratulações à Kaiser Coelhos e que esta decisão possa servir de estímulo a que novos empreendimentos no campo da agroindústria se materializem em nossa região e em todo o Paraná.

Fazemos esta proposição de um voto de congratulações a essa empresa, porque na minha maneira pessoal de ver, não só como parlamentar, mas principalmente como um defensor da pequena propriedade, como um defensor...

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Deputado, Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Vossa Excelência me concede um aparte, visto que já está no Horário das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Não, o deputado que está na tribuna se encontra no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estou no Pequeno Expediente, deputado, por essa razão não posso lhe conceder o aparte solicitado.

Mas, tenho certeza, deputado Geraldo Cartário, que Vossa Excelência como parlamentar desta região de Agudos do Sul, certamente e até mais do que nós, conhece e sente a importância desse empreendimento lá existente. E por essa razão, senhor presidente, como eu dizia, não só como Parlamentar, mas como um defensor dos pequenos produtores rurais, como defensor da agricultura familiar, como médico-veterinário, como extensionista rural da Emater, pessoalmente faço questão de registrar o sucesso desse empreendimento, porque, afinal de contas, ao longo de toda a nossa trajetória nesta Casa temos defendido o apoio, o estímulo à pequena propriedade rural e as pequenas criações.

E aquilo que a Kaiser Coelhos vem desenvolvendo, certamente vem ao encontro de todos os anseios da pequena propriedade, de fortalecimento da pequena propriedade, de geração de riqueza a partir de uma pequena propriedade.

Por isso, a proposição de um voto de congratulações ao trabalho desenvolvido com eficiência pela Kaiser Coelhos na região metropolitana de Curitiba. E não mais na região metropolitana, porque estando os seus produtos espalhados por 70 supermercados da rede Carrefour, pelo Brasil, este trabalho já rompeu fronteiras estando em todo o território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Como ninguém mais está escrito no Pequeno Expediente, esta presidência justifica a ausência do presidente Nelson Justus, juntamente com o vice-presidente Caíto Quintana que se encontram em Brasília cumprindo agenda de interesse desta Casa e deste parlamento.

Esta presidência também comunica a presença em nossas galerias dos docentes, servidores da UEM, da Unioeste, juntamente com a Associação de Funcionários das respectivas universidades.

Conforme requerimento aprovado por este Plenário, de autoria do deputado Ricardo Maia, concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia para fazer a apresentação do Comitê de Defesa da Universidade Pública do Paraná. Com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros das Universidades Estaduais do Estado do Paraná, das Faculdades também:

Senhor presidente, senhores deputados, nós fizemos algumas visitas, juntamente com alguns companheiros deputados, e outras sozinho, visitando as Universidades, estivemos na UEL, na UEM, da minha cidade de Maringá, conversamos com os professores, com os alunos, com os servidores da Universidade Estadual de Maringá. Estivemos em outras faculdades também. Temos uma preocupação muito grande com o

ensino superior do Estado do Paraná, ensino público e gratuito, porque eu sempre defendi e sempre defenderei.

E, surgiu a idéia de trazermos para esta Casa de Leis representantes do Comitê de defesa, para que posam aqui dizer aos senhores deputados, quais as reivindicações e qual o estado em que se encontra, hoje, o ensino superior no Estado do Paraná.

Tivemos ontem, também, uma reunião com o secretário de Ensino Superior juntamente com o deputado estadual José Maria Ferreira, que ora preside esta Casa de Leis, deputado Cezar Silvestri e deputado Hermes Fonseca, quando discutimos alguns pontos e existe uma preocupação muito grande porque além da importância de preservarmos cada vez mais instituições de ensino superior fortes no Estado do Paraná, junto com servidores, professores, temos também os Hospitais Universitários que atendem tanta gente, em Londrina, Maringá e futuramente Cascavel.

Então, trouxemos aqui, hoje, o professor Ângelo, que falará em nome do Comitê de Defesa de todas as Universidades e Faculdades do Paraná. E, em seguida, temos um requerimento de nossa autoria juntamente com outros deputados, para que possamos constituir nesta Casa, um Comitê Permanente, uma frente parlamentar de defesa do ensino superior público e gratuito no Estado do Paraná.

(Aplausos)

Esta frente parlamentar será composta por vários deputados, todos eles comprometidos com o ensino superior público e gratuito no Estado do Paraná. Terá provavelmente 7 parlamentares, estamos ainda em reuniões para decidir, e, com esta frente parlamentar, será aberto, continuamente, um canal de diálogo com o ensino superior seja as universidades, faculdades, corpo docente bem como os servidores das universidades e faculdades do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Conforme requerimento aprovado por este Plenário, convido o professor doutor Ângelo Fiori a ocupar a Tribuna para fazer suas justificativas em nome do Comando de Defesa da Universidade Pública do Estado do Paraná.

O SR. ÂNGELO FIORI

Senhor presidente, senhores deputados, prezados colegas trabalhadores que diuturnamente vêm sendo explorados por esta política néo-liberal excludente, senhores jornalistas. Em nome dos professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais, das faculdades estaduais a nossa saudação.

Senhor deputado Ricardo Maia, que representa a cidade de Maringá e região nesta Casa, e que é o autor do requerimento que nos deu este espaço, quero, de público, externar nossos agradecimentos e nossa estima.

(Lê):

“Senhor presidente, senhores deputados.

Os docentes, funcionários e estudantes que estão na galeria desta casa democrática e do povo do nosso estado são representantes das instituições de ensino superior público (universidades e faculdades) que hoje se encontram em greve e estão mobilizados na luta por melhores salários, dignidade no trabalho e defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

O Paraná, a exemplo de São Paulo, são os únicos Estados que têm um sistema de ensino superior público mantido às custas dos impostos recolhidos pelos seus cidadãos.

No caso do Paraná são cinco universidades e 11 faculdades estaduais, que espalhadas por todos os recantos do Estado desenvolvem e promovem um ensino superior gratuito e de qualidade, realizam pesquisas científicas, tecnológicas, humanísticas e culturais voltadas para as necessidades da sociedade e têm prestado um trabalho inestimável de extensão para a comunidade local e regional, principalmente para aquela menos favorecida.

Para se ter uma idéia do que significa essa rede de ensino superior público, hoje temos mais de 50 mil alunos matriculados na graduação, 8 mil funcionários e aproximadamente 5 mil professores.

Dos docentes, 1/3 são doutores, metade são mestres e os demais possuem algum curso de especialização ou aperfeiçoamento.

Em algumas universidades, existem diversos grupos de pesquisa que tem suas atividades e produção reconhecidas no país e no exterior. Segundo dados do CNPQ, nas universidades estaduais do Paraná existem mais de 400 grupos de pesquisas cadastrados.

Além disso, as universidades estaduais atendem uma parcela considerável da população do Estado, através de projetos de extensão e de prestação de serviços, como aqueles realizados, por exemplo, por escritórios judiciários, assessorias contábeis e financeiras, colégios de aplicação, clínicas odontológicas, psicológicas e veterinárias, além, evidentemente, dos Hospitais Universitários e de Clínicas.

Mas sem dúvida, a importância maior das universidades e faculdades estaduais é oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade, voltado para a formação dos futuros profissionais e cidadãos desse nosso imenso país.

No entanto as dificuldades que encontramos são imensas.

Não é novidade dizer que o País e, conseqüentemente, o Estado do Paraná estão vivendo uma profunda crise nas áreas de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Prejudicadas pelas medidas econômicas de ajuste fiscal, tanto no âmbito federal como estadual, essas áreas tem sofrido constantes cortes, seja financiamento de pesquisa, seja para apoio às agências de fomento ou simplesmente para os custeios das atividades básicas das Universidades Públicas. Um verdadeiro sucateamento do setor social,

imposto pela política neo-liberal e pelas medidas excluídas do Fundo Monetário Internacional, que é incansável em desmontar o patrimônio de países do hemisfério sul.

O que nos deixam preocupados é que no momento em que o mundo observa um importante crescimento da “demanda da educação superior, acompanhada de uma grande diversificação da mesma”, seguida de uma tomada de consciência da necessidade fundamental que esse tipo de educação proporcionará para o “desenvolvimento sócio-cultural e econômico e para a construção do futuro” (conforme registra o documento “Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”, aprovado pela Unesco, na sua última Conferência Mundial e assinada, inclusive, pelo Brasil), as políticas colocadas em prática por nossos governantes caminham em sentido contrário, ou seja, rezam na cartilha do FMI, comprometendo o futuro de nossas Universidades e Faculdades e dos Institutos de Ciência e Tecnologia.

Os cortes orçamentários colocam em risco o patrimônio científico, tecnológico e cultural que tanto custamos a construir, bem como a alta qualificação dos nossos recursos humanos. A identificação de políticas para o setor da Ciência, da Tecnologia, da Cultura e do Ensino Superior e o clima de incerteza que hoje vivem as universidades estão tendo um efeito devastador na comunidade científica paranaense.

No Brasil, temos uma grande massa de jovens pesquisadores, formados no país e no exterior, mas desempregados, pois as universidades públicas não estão podendo abrir novas vagas, as privadas quase que só contratam “auleiros” e as empresas, com raras exceções, não realizam pesquisa e desenvolvimento. Já vem de longa data a drenagem de cérebros brasileiros para o Hemisfério Norte. Aliás, o atual presidente do país, em época remota foi um deles.

Como se não bastasse, nós, das universidades estaduais do Paraná corremos sérios riscos de perder os nossos melhores pesquisadores e professores para as universidades estaduais paulistas e para as universidades federais. Aliás, isso já ocorreu no início dessa década, quando 25% dos nossos docentes mais titulados migraram para universidades de outros Estados.

Faço aqui a mesma pergunta que o professor Carlos Apolloni, da Universidade Estadual de Londrina está fazendo hoje um jornal de Londrina: “Alguém pode me dizer quais são as políticas públicas em execução para inverter esta situação?”.

Nenhuma, senhores deputados, ou quase nenhuma.

É por isso que as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, do Oeste do Paraná e as Faculdades de Paranaíba e de artes de Curitiba estão em greve. Exatamente para inverter essa ordem. É consenso que a inserção futura do Brasil no mundo depende diretamente da qualidade de seus quadros de nível superior. E a universidade pública está definhando. O sintoma mais evi-

dente é a evasão de cérebros. O fato incontestável é que, sem uma universidade pública digna desse nome, o Brasil dificilmente chegará ao fim das próximas décadas na posição que todos sonhamos.

Como nos afirma o crítico cultural e antropólogo Renato Ortiz: “Um país sem uma universidade forte abriu mão de sua própria dignidade, da capacidade de ditar seu próprio destino”. A mediocridade de uma parte de nossos políticos (que com certeza não têm ressonância nessa casa, porque senão não estaria abrindo esse espaço) e a miopia de nossos reitores caminham juntas. Elas nos reservam um presente amargo e um futuro insípido.

Esse futuro que está próximo e que, infelizmente, as sociedades estarão divididas em duas partes desiguais. “Primeiro, uma minoria que fará um trabalho profissional altamente qualificado em campos sofisticados, aprenderá muito, saberá muito, ganhará muito e trabalhará por períodos muito longos; não terá tempo para fazer qualquer outra coisa ou para desfrutar a vida, tornando-a ansiosa e neurótica, sofrendo de deficiência de sentido. E haverá uma maioria fazendo trabalho inferior em poucas horas ou mesmo não fazendo nenhum, ganhando pouco, aprendendo pouco, sabendo pouco, vivendo em estado de desintegração, ansiosa, neurótica, perigosa”, como bem nos enfatizou a filósofa Agnes Heller, em um texto intitulado “Uma crise global da civilização”, recentemente publicado no Brasil.

Senhores deputados, senhor presidente, 90% da produção científica do país é de responsabilidade das universidades públicas brasileiras. Como também não é novidade dizer que no mundo todo, universidade de qualidade e a pesquisa nelas realizadas são financiadas primordialmente pelo governo, com respeito à liberdade acadêmica.

Mesmo nos Estados Unidos, onde se propala a eficiência do ensino privado, 80% dos alunos do ensino superior estudam em instituições públicas e as pesquisas desenvolvidas nas melhores universidades privadas são financiadas quase que exclusivamente pelos governos federal e estaduais.

No Brasil os modelos de eficiência ainda são e continuarão sendo, por um bom tempo, as universidades e os institutos públicos. Mas os constantes cortes de investimento vem agravando a delicada situação em que estão mergulhadas as nossas universidades públicas e as pesquisas científicas e tecnológicas do país.

E é por isso que os funcionários e docentes das universidades brasileiras, com a participação dos alunos, por que sem eles não existiriam universidades, entraram em greve. Por que não é só no Paraná que as universidades estão em greve. Posso citar aqui o caso das paulistas (que ficaram 52 dias em greve), das catarinenses, das bahianas, das cearenses e das 35 universidades federais, que neste momento estão com suas atividades paralisadas.

Mas além disso tudo, estamos em greve por reajuste salarial e pela questão da autonomia universitária. A

autonomia que o Estado realiza não nos interessa, por que este quer “lavar as suas mãos” em relação ao ensino superior. A autonomia que nos interessa é aquela consagrada nos arts. 87 e 180 das constituições federal e estadual, respectivamente, o que nos interessa discutir a manutenção de dever de financiamento dos IES, pelo Estado, com o princípio da universidade pública e gratuita.

Já a questão salarial é uma bandeira urgente. Pois boa parte dos nossos funcionários, que cuidam do patrimônio, fazem limpezas, fazem reparos, envolvem-se nos afazeres administrativos, cuidam dos laboratórios, eles, os funcionários, os verdadeiros sustentáculos para que as atividades de docência, de pesquisa e de ensino sejam realizadas, estão vivendo nas maiores e primazes dificuldades. o que quadro não é diferente para os docentes.

Mas quais são as propostas do governo do Estado do Paraná?

Em primeiro lugar, o governo insiste em dizer que o Estado não pode dar reajuste salarial, por problemas de caixa (diga-se de passagem, provocado pelo próprio governo e não pela sociedade) e não acena sequer com a possibilidade de investir na melhoria das condições de trabalho, de ensino e de pesquisa das Universidades e Faculdades num futuro próximo. Lembramos que enquanto o Estado gasta 550 milhões com propaganda, gasta apenas 280 milhões com as 16 IES. Outro ponto L.R.F., S.P. reajuste salarial.

Em segundo lugar, não nos atende. Quando o muito, envia para conversar a senhora Miriam Wellner, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e em muitas vezes se recusa a levar ao secretário Ramiro Wharhaftig as propostas emanadas da comunidade universitária paranaense (pau no Ramiro).

Por outro lado, esse governo insiste em colocar o tema do ensino pago, por via direta ou indireta. Como se o ensino pago fosse a solução para a crise da universidade. No dia 06 de junho passado, o próprio secretário de planejamento Miguel Salomão, alertou que é vontade do governo colocar em discussão o mito “da gratuidade” ora!!

A solução, senhor presidente, senhores deputados, é o Estado assumir as suas responsabilidades, investir mais em educação e lutar para tirar o nosso povo da mediocridade que a classe dominante retrógrada, durante séculos, procura mantê-lo. E isso só é possível com ensino gratuito em todos os níveis e abrindo, cada vez mais, vagas em escolas e nas universidades públicas brasileiras.

É evidente, senhores deputados, que esse quadro de greves traz prejuízos às Universidades. Como traz à sociedade. Como nos traz prejuízo também (...) da Unesp ele percebeu que onde há universidade estadual, o orçamento do município chega a ser incrementado em 35%, pois entre vários recursos adicionais, bolsas etc. etc. Mas não nos restou outra solução. Diante da insensibilidade

dos mandatários do Estado para com a educação superior pública. Diante da falta de diálogo que nos impõe esse governo. Diante da falta de vontade de diálogo que nos impõe esse governo. Diante da falta de vontade política, restou-nos essa única saída. Infelizmente, esse governo não gosta de ouvir os cidadãos paranaenses. Talvez esteja mais preocupado com suas viagens e sua imagem no exterior. Nós mesmos, do Comitê em defesa do Ensino Superior Público do Paraná, já encaminhamos nos últimos dois anos, vários documentos com propostas concretas, para amenizar os problemas das universidades e faculdades estaduais, bem como a questão salarial. Mas até hoje, esse governo fez “ouvidos moucos”, infelizmente.

Senhores deputados, para finalizar, em nome dos docentes, funcionários e estudantes das universidades e faculdades estaduais, gostaria de registrar que se faz necessária, imediatamente, a formação, dentro dessa Casa, de uma Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Público gratuito e de qualidade do Estado do Paraná. Essa frente deverá e poderá ser a grande interlocutora entre as universidades e os poderes públicos, seja o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, deputados governistas e de oposição eleitos para representar a região.

Além disso, quero convidá-los, aliás, conclamá-los, senhores deputados, sobretudo o deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, que sejamos justus, sempre nos atendeu muito bem na Casa. Além, Ricardo Maia, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Edgar Bueno para que nos acompanhe até a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior, e para que lá possamos, efetivamente estabelecer uma negociação profícua com o governo do Estado com vista a colocar fim ao movimento paredista. Essa é a nossa grande vontade, pois não somos grevistas, mas sim trabalhadores da área de educação superior pública.

Por fim, permita-me lembrar, mais uma vez, um filósofo, Platão: “Ai dos que enxergam. Serão culpados por terem visto tão pouco”.

Muito obrigado, e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba, 20/06/2000.

Infelizmente quais são as propostas do governo do Estado para resolver este problema? Em primeiro lugar, o Estado diz que não pode dar reajuste salarial, ora porque não tem caixa, ora porque tem uma tal Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí pergunto: por quê o Estado de São Paulo pôde dar reajuste se a Lei de Responsabilidade Fiscal é nacional? Em segundo lugar, não nos atende, manda apenas uma representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia conversar conosco. E queremos conversar com o professor Ramiro, que é o secretário de Ciência e Tecnologia, queremos conversar com os secretários de direito.

Para concluir, senhor presidente. Em nome dos docentes, funcionários e estudantes das Universidades, Faculdades Estaduais, gostaria de registrar que se faz necessário, imediatamente, a formação, dentro desta

Casa, de uma frente parlamentar em defesa do ensino superior público gratuito e de qualidade no Estado do Paraná. Essa frente deverá e poderá ser a grande interlocutora entre as universidades e os poderes públicos, seja o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Além disso, quero conclamá-los, senhores deputados, mas principalmente ao deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, que sejamos justos, sempre nos atendeu muito bem nessa Casa e quando da implantação da carreira docente teve um papel importante, para que além dos outros deputados, aqui citados pelo deputado Ricardo Maia, conjuntamente com ele, possamos efetivamente estabelecer uma negociação profícua, com um governo com o governo do Estado, com vistas a colocar fim ao movimento. Essa é a nossa grande vantagem, pois não somos grevistas, mas sim trabalhadores da área de educação superior pública.

Por fim, permitam-me lembrar mais uma vez um filósofo, Platão: “Ai dos que enxergam, serão culpados por terem visto tão pouco.”

Muito obrigado.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Agradeço as palavras do doutor Ângelo, hoje representando o Comitê de Defesa da Universidade Pública do Estado do Paraná.

Pela Ordem, com a palavra, o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, até para não perder a oportunidade, quero cumprimentar aqui o professor Ângelo, que está encabeçando o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, que na qualidade de deputado de Londrina - genuinamente de Londrina - e ex-estudante da Universidade Estadual de Londrina, onde tive a felicidade de lá ter a minha formação acadêmica, na área de Direito, quero hipotecar solidariedade a Vossa Senhoria e a todos os senhores, tanto professores, como servidores que aqui estão presentes e dizer que, lamentavelmente, a Universidade Estadual de Londrina também está em greve, criando um problema ruim para os alunos, mas que a comunidade toda de Londrina tem entendido, inclusive, essa situação do professor.

Temos nos posicionado publicamente, pedindo para que a comunidade entenda essa situação, porque, senhor presidente, e para o senhor Ângelo, que muito bem disse aí, as melhores cabeças da Universidade de Londrina, aqueles mestres, em que não fazemos em dez anos - às vezes para se fazer um mestre demora, realmente, três décadas - estão deixando a Universidade Estadual de Londrina em função do descaso na carreira do próprio professor.

Quero, senhor presidente, para não perder a oportunidade, rapidamente dizer aqui que esse trabalho, esse comitê, pode da parte do deputado Moysés Leônidas, de Londrina, por ter sido aluno da Universidade, ter o apoio e o reconhecimento para todo esse movimento, que acho extremamente justo.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, apenas para comunicar a essa Casa e ao Paraná o retorno do partido Trabalhista Brasileiro, de um dos mais ilustres deputados desse Estado, um deputado combativo, que tem sido durante o curso da sua vida política, o deputado mais votado desse Estado. Deixa o PFL, para ingressar ao PTB, o deputado Luiz Carlos Alborghetti. Queremos comunicar oficialmente nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Temos o prazer de registrar a presença dos funcionários e do corpo docente da Fafipa - Faculdade de Paranavaí e da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

No Grande Expediente, com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, prezados estudantes e professores das universidades, que aqui estão, imprensa.

Ouvi o pronunciamento do deputado Ricardo Maia, que está na sua primeira legislatura, ouvi também o pronunciamento do professor que representou aqui as universidades, agradeço as palavras ditas. E quanto nós participamos da implantação do plano de cargos e salários das universidades do Paraná, foi uma ampla negociação, de vários e longos dias e onde se chegou a um consenso para que pudéssemos aqui aprovar o plano de cargos e salários que nós, naquele momento tínhamos feito. Também ouvi dos próprios negociadores das universidades estaduais, dizendo que as negociações, daquele momento, foram satisfatórias, prova disso que, em comitiva, junto com os senhores deputados que participaram das negociações, liderados pela minha pessoa, junto com o presidente, daquela época, deputado Anibal Khury, junto com os sindicalistas que representavam os seus respectivos sindicatos, fomos ao Palácio Iguaçu no momento que o governador Jaime Lerner sancionou o projeto que nós tínhamos aprovado aqui, de cargos e salários que nós tínhamos aprovado aqui.

Me permitam dizer aqui alguns números, para mostrar que se formos comparar o ensino público do Estado do Paraná com outros Estados, o Paraná está

muito a frente. Vou citar aqui alguns números para mostrar os avanços que tiveram as universidades do nosso Estado.

(Lê):

“Panorama da Rede Pública de Ensino Superior do Estado do Paraná no período de 1994-2000

- Investimentos do governo estadual

Em 1994, o governo do Paraná investia R\$73 milhões no ensino superior e tinha 45.600 alunos; em 99, com 52,911 alunos matriculados, o investimento foi de R\$270 milhões, o que representa um aumento no repasse de recursos de quase quatro vezes. Já no ano 2000, o investimento no ensino superior subirá para R\$286,5 milhões, com um aumento aproximado de mil novas vagas.

Vale lembrar que o Paraná é um dos Estados que mais investe em Educação no País. Na maioria dos outros Estados o ensino superior público é financiado principalmente pelo governo federal; no Paraná a responsabilidade recai sobre o governo estadual. A rede de instituições de ensino superior públicas no Paraná tem 71 mil alunos, dos quais apenas 17,5 mil são estudantes de instituições federais. Outros 74,5% estudam nas universidades estaduais 51 mil alunos.

- Matrículas nos cursos de graduação

O número de alunos matriculados nos 155 cursos ofertados em 1994 era de 46 mil; em 1999, este número subiu para 53 mil alunos nos 202 cursos ofertados nas instituições mantidas pelo governo estadual, o que corresponde a 72% da oferta de vagas nas escolas de ensino superior públicas do Paraná.

- Cursos de pós-graduação

No que se refere à pós-graduação, em 1994 eram ofertados 19 cursos de mestrado, com 436 alunos inscritos; em 1999, o número de cursos de mestrado se eleva para 29, com 773 inscritos. Em 1994, era ofertado um único curso de doutorado, com apenas 7 alunos; em 1999, nos dois cursos de doutorado estão matriculados 51 alunos”.

Quero dizer com isso, com esses números que temos em mãos e comparando o Estado do Paraná com o Estado do Rio Grande do Sul veremos que os números de vagas proporcionada pela Universidade Federal é de 17 mil alunos. O Estado do Rio Grande do Sul tem 4 Universidades Federais deixando o Paraná comprometido com uma questão que é de responsabilidade constitucional do governo federal.

Gostaria de deixar claro a posição do governo do Estado quanto as reivindicações das universidades. Sempre que tivemos nesta Casa manifestações de servidores públicos a Liderança do Governo sempre esteve a disposição para abrir os canais competentes para termos negociações de alto nível. Prova disso foi o trabalho que fizemos na semana passada junto com o deputado Irineu Colombo Líder das Oposições. Onde participamos das negociações entre os professores e a Secretaria de Edu-

cação. Depois de longas horas de reunião acertou-se uma pauta. O governo do Estado desde o início disse que não tinha condições, nem financeiras, nem de ordem legal de dar reposição salarial, mas encontramos uma forma onde hoje as escolas públicas voltaram a sua normalidade.

Agradeço aqui o deputado Irineu Colombo pela sua participação ativa nas negociações. Quero cumprimentar todos os professores do Paraná da rede pública. Cumprimentar o professor Romeu que soube entender o momento e conseguimos fazer um acordo onde os professores voltariam às aulas com algumas conquistas.

Quero dizer também aos professores das universidades estaduais que estão aqui presentes, a posição do governo do Estado é de abertura de negociações. Estamos a disposição na sala da Liderança do Governo junto com os deputados que queriam participar, mas queremos deixar claro as negociações estão abertas, mas a posição do governo neste momento é de impossibilidade de dar aumento ou reposição salarial aos professores das universidades estaduais. É importante que se coloque isso para que não fique dúvidas.

Venho com a consciência tranqüila fazer esse comunicado aos senhores professores, nós sabemos que nós temos que trabalhar com a realidade e não gerar falsas expectativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi, no Grande Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Acho importante que o deputado Waldyr Pugliesi fale do momento que sofreu aquele atentado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Quero fazer um comunicado em nome do deputado Braz Palma, está presente em nossas galerias o superintendente do Incra doutor José Carlos Vieira, juntamente com o assessor de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná, doutor Antonio Carlos Coelho, que veio a esta Casa dar ciência aos senhores deputados e a este Plenário do andamento da regionalização da Reforma Agrária em nosso Estado.

Sejam bem-vindos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados venho a esta tribuna sem mágoa, sem ressentimento, para falar a respeito de um atentado que eu sofri na minha cidade. Mas, sendo coerente comigo mesmo e caminhando sempre pelo caminho que eu sempre caminhei me sentiria mal se não falasse alguma coisa a respeito da presença dos servidores, dos professores que aqui estão.

Tenho uma vida dedicada, no meu entendimento, na conquista da cidadania plena, dos cidadãos aqui no

Brasil. Lutei a vida toda para que tivéssemos aqui a implantação do Regime do Direito Democrático, sempre foi assim.

Agora, para entendermos essa situação em que se encontra o Brasil, talvez seja resumida na frase do professor Angelo Fiori quando disse:- “Estado neoliberal, Estado liberal excludente”.

O Estado Liberal ele exclui mesmo todo mundo, ele demite Governo para fazer o privilégio de uma minoria.

Nesse momento senhores servidores, em todo o Paraná, eu poderia dizer que nós temos o aparecimento de doença é a “pracite aguda”. O que será pracite aguda? Todos os municípios, aqueles que têm capacidade de endividamento como na minha cidade, graças à administração que eu fiz, estão tomando dinheiro emprestado para se reformar na “boca da eleição”, praças e calçadas, para ver se mudam o resultado da eleição. Não há dinheiro para atender servidores, nenhum deles, não há dinheiro para a reforma agrária, não há dinheiro para os professores, não há dinheiro para a universidade que é a alma e o coração de uma Nação mas tem dinheiro sim, e muito, para se fazer calçadas novas, praças novas e para se pagar com juro e em dólar.

Olhem só, ontem na televisão o que é que aconteceu? Resultado do mês anterior, as contas do país, excluídos os juros que foram pagos aos nossos patrões em virtude dessas administrações que temos aqui pelo Brasil afora, inclusive aqui no Paraná, nós tivemos, senhores deputados, senhor presidente, de 3 bilhões, 700 milhões de dólares, mas colocando os juros que tivemos que pagar, o déficit foi para 5 bilhões e 700 milhões também.

Então se você pegar o superavit com o déficit, se você botar os juros externos, vamos chegar à conclusão que o país pagou quase que dez bilhões de dólares só dos serviços e da dívida externa. Não há país que aguente esse descalabro e aí eu entro. Olhem, e eu, constituinte, apresentei uma emenda para que houvesse reeleição. Ah!, se arrependimento matasse! Como eles estão usando o dinheiro público para mudar o resultado das eleições! O que é preciso, no meu entendimento, depois de toda essa caminhada que eu fiz ao longo de todos esses anos, organização, competência, saber na hora que tem como decidir, como decidir e eu vou entrar agora no assento que me traz a esta tribuna.

Vejam bem, eu sou um dos redatores, pois constituinte fui da Constituição que está em vigor.

No artigo 5º da Constituição Cidadã, denominação dada por Ulisses Guimarães, está lá: “A casa é asilo inviolável do indivíduo. Nela ninguém podendo entrar, a não ser com a concordância do morador ou para socorrer, ou na presença de grave delito ou através de decisão judicial, durante o dia”.

Pois bem, o que é que aconteceu com um homem de esquerda que veio da luta estudantil, que nasceu numa fazenda, que foi o único que foi para o ginásio, para o

científico e para a Universidade? O que é que aconteceu? Eu, que dediquei a minha vida à democracia e à liberdade, eu que coloquei na Constituição a inviolabilidade da casa, fui violado, atacado, agredido não sei por quem, dentro da minha casa.

Estou indignado, senhor presidente. Estou indignado sim, inclusive com aqueles que não prestam a devida atenção aquilo que está acontecendo neste Estado e neste país. Mas a minha posição: o que é que aconteceu? Estava na minha casa, sozinho e chegou um vereador que adentrou à casa depois da liberação do portão eletrônico. Daí a pouco estava esperando um outro vereador para que comparecessemos a um culto evangélico na Igreja Assembléia de Deus. Pois bem. O horário marcado era quinze para as oito, mas lá pelas sete e vinte, estando eu em casa. Eu e esse vereador o Mauro Cassittas. Ouvi o barulho da campainha. Nos levantamos do aposento onde estávamos e eu me dirigi onde está instalado esse dispositivo eletrônico para ver quem estava chegando pelo visor, na tela, e para a liberação do portão - se fosse o caso. Estava chegando o vereador Jair Milani e eu, apertado esse botão, para liberação do portão para que ele entrasse e depois chegasse à porta. Olhei e estava descendo, quando falei para o vereador: - Abra que é o vereador Jair Milani. Nesse momento vi, pelo visor ainda, a presença de alguém alto e forte que chegou correndo. E, logo após, uma gritaria danada. Falei para o vereador que estava dentro de casa: Abra a porta imediatamente porque atacaram o Jair Milani, agrediram o Jair! E o Jair lá de fora, gritava: “Valdir não abra a porta! Valdir não abra a porta! E eu mandava abrir a porta para que o companheiro fosse socorrido lá fora.

Pois bem. Quando desço, a porta se abre e tumulto, barulho e aquela correria ali. E eu, imediatamente, vi um vulto com um dos vereadores e um outro vereador já com um revólver na cabeça, sendo rendido. Tinha apanhado ao lado do dispositivo eletrônico uma fruta, estava com ela na mão. Desci deste aposento para a sala de jantar. E eles estavam na entrada onde via claramente, o vereador sendo rendido por um desses bandidos. Bom, quando vi aquilo, o meu estilo é este mesmo. Eu falei: - Escuta aqui, o cara, o que você está fazendo dentro da minha casa. Seu ..., eu xinguei, mas foi desse jeito! Botei o cara pra fora no grito. E o vereador dizia: - “Calma, Valdir, calma que ele está com um revólver na minha cabeça. Ele quer te matar! “Aí ele empurra esse vereador e diz: - “Eu vim aqui pra matar esse cara, eu vou te matar, eu vou te matar. “E veio correndo na minha direção.

Eu, com aquela fruta, quando ele chegou e engatilhou a arma e veio daqueles desníveis da casa que existem lá, apontou, depois de engatilhar, e não veio o tiro. Eu meti-lhe aquela fruta na cara. Ele se desequilibrou no degrau e uma cadeira alta, que tenho 8 numa sala da minha casa, eu, naquele momento de reação que depois os outros falaram que era uma reação que não tinha nada a ver com o momento. Mas eu reagi do jeito que eu sou, de acordo com a maneira com que ajo diante da vida,

porque ali estava não defendendo só a minha vida não. Eu estava defendendo a tensão dentro da vida. Peguei aquela cadeira e coloquei no meu peito e fui com tudo pra cima desse cara. A cadeira é de madeira maciça e tem uma trava, os pés são desse tamanho, e consegui com aquela trava levá-lo à parede onde ele ficou meio sem condições de me agredir, os outros dois vereadores ficaram lá submetidos a um outro assaltante que tinha feito a rendição dos mesmos. E ali foi uma luta que eu me lembro do poeta quando ele dizia: “Quando o inimigo veio o tempo parecia eterno porque não acabava mais”. Depois das duas tentativas de tiro, ele por cima da cadeira tentou atirar ainda, e eu consegui também mobilizá-lo, me defender por que a arma dele não funcionou, aí eu vejo a arma aparecer pela direita também continuou desse jeito, e pela esquerda. Foram momentos em que eu vi, e o tempo todo eu gritava. Quando ele falou que “eu vim aqui para te matar,” eu fiquei gritando tempo todo: quem é que te mandou aqui para você me matar dentro da minha casa, e xingava o cara o tempo todo. Olha, foi uma luta até eu derrubá-lo aí eu fugi, mas eles tinham a casa todinha na cabeça sim, porque quando ele caiu eu larguei a cadeira e saí correndo para me refugiar num compartimento, passei para outro, para outro, para ir para o quarto onde eu durmo, mas ele não seguiu o caminho que eu segui, ele foi direto para o quarto, após ter rendido um dos vereadores, aí pulavam na porta, chutava, e eu lá dentro gritava: me passem já esse revólver que eu vou atirar nesse cara, o tempo todo eu gritei com esse cara.

Olha, vocês poderiam dizer foi assim aqui mesmo nesta Assembléia, senhores deputados, no passado, quando eu era deputado aqui não tinha essa parte do prédio. O presidente Figueiredo, representante de plantão da ditadura militar e depois se dirigir ao Palácio Iguaçu. Pois bem, o que eu fiz? eu subi no forro da Assembléia e gritei “abaixo a ditadura”, para que todos aqueles ouvissem, e uma certa imprensa no outro dia se justificou para mim dizendo assim: Nós não colocamos nada para não te prejudicar. Que coisa linda!

Alguns jornalistas e um até recentemente voltou a lembrar o caso, reagir companheiros dessa maneira. Lá dentro do meu aposento, segurando a porta e gritando o tempo todo contra esse bandido. Eu chamava a polícia, a polícia está chegando, me passe esse revólver e aí ele fez uma última tentativa, segundo o relato desse vereador, que quando ele o liberou um pouco para pular na porta, este vereador fugiu, pegou o telefone e ligou para a polícia.

Logo em seguida vem a polícia, os procedimentos naturais foram tomados, e eu queria que vocês me ajudassem aqui no raciocínio daquilo que aconteceu.

Veja bem, o pessoal da P2, os militares da PM companheiros de todos os lugares começaram a telefonar e perguntar aquilo que tinha acontecido. Aí, relatamos aquilo que tinha ocorrido, e todos da Polícia Civil, da Polícia Militar, todos, inclusive o Nereu Moura, com o qual falei em seguida, eles descartaram a possibilidade de

roubo, porque quem quer roubar, quando tem o portão liberado tranca, quando tem a casa liberada, fecha a casa, submete todo mundo ao poder das armas, fecha a cortina e tudo aquilo que deve fazer. Em momento nenhum ninguém falou em roubo, nem nada! Porque é comum nessa sociedade brasileira, sabe, desencaminhada, achar que os políticos têm dinheiro e mais dinheiro, e mais dinheiro. Não é bem assim. Sou político e não me envergonho de ser político. Pois bem, mas foram lá.

Então, vejam bem, o vereador chega, eu libero o portão da rua. Ele entra. É dominado por um que com o revólver nas suas costas diz o seguinte: “fala para ele abrir a porta”. Ele quem?! “Fala para ele abrir a porta”.

Bom, um outro fica no portão, de relance esse vereador viu. Depois, quando o outro vereador, dentro de casa, abre a porta é dominado por esse primeiro. E o segundo assume o controle desse outro vereador. E aí partem para cima de mim. Essa reação que eu tive, sabe, segundo todo mundo, foi, talvez, o que nos salvasse, porque eu vou dizer uma coisa: Eu tenho sempre pedido ao destino que me dê sabedoria para que saber as coisas que eu não posso mudar. E pedi ao destino para que me desse coragem para mudar as coisas que eu poderia mudar.

E aquele bandido mancomunado com outro e outros fora da minha casa, eles tinham um objetivo. Qual era o objetivo? Intimidar-me ao eliminar-me? Roubo não foi! O que aconteceu? Fui vítima de um atentado político, estou hoje convencido disso.

Na minha cabeça na hora quando ele falou: “Eu vim aqui para te matar”. Um sujeito alto, forte, de barba rala, eu fiz o retrato falado dele, de bigode e cavanhaque, que nunca me viu, porque, senão, ele não viria com a cara limpa daquele jeito, da mesma maneira do outro, eles estavam ali a mando de alguém. A mando de quem?

Na minha cabeça eu vi, claramente, a figura de três inimigos meus, mas eu não tenho nenhuma condição de fazer uma acusação direta a quem quer que seja, não tenho, porque senão eu faria e em nome, não da minha segurança, que todo mundo sabe da maneira que eu me porto, da maneira que eu vivo e os problemas que eu já enfrentei...

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Vossa Excelência tem mais dois minutos para concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pois bem.

Quero dizer a vocês que a luta que eu fiz ao longo de toda a minha vida foi para garantir a universidade. Hoje na minha cidade, eu quando não tinha nem curso superior, comecei a construir o chamado Campus Universitário, com prédios e mais prédios. Hoje, nós temos lá curso de Farmácia, curso de Medicina Veterinária, de Direito, porque acredito na educação, na escola universal pública e gratuita, que considero um direito de todo o cidadão brasileiro. Estão lá os cursos e quero que eles

progridam. Mas, eu quero, senhor presidente, falando da alma, falando com o coração, que essas coisas acontecem todos os dias. Agora, mesmo, senhor presidente, na televisão uma cidadã brasileira quando telefonou para um parente falando: “Estou na iminência de sofrer um assalto.” O assaltante só de ouvir a notícia, já a matou. Olha, não é fácil. Não tenho privilégio, não estou aqui me fazendo de vítima, estou relatando aqui o que aconteceu. Estou relatando direitinho aquilo que aconteceu. E eu espero, sabe, nos sonhos que a gente sempre carregou dentro da vida, dentro da caminhada da gente, que essas coisas não pudessem se repetir com ninguém, mas com ninguém mesmo. Mas, infelizmente sabemos que daqui a pouco iremos ter notícia dos jornais, das televisões, e as notícias iguais, piores do que esta que vivi, se repetirão.

É o Brasil, é o mundo que estamos vivendo! É preciso que haja determinação de todo mundo para resistir a este estado de coisas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Deputado Waldyr Pugliesi, esta Presidência, em nome deste Poder e, tenho certeza, do deputado Nelson Justus, se solidariza com Vossa Excelência e como fez, coloca-se à disposição para que o atentado que Vossa Excelência foi vítima possa ser esclarecido e, a bem da verdade, Vossa Excelência pode continuar sempre sendo o homem altivo, o homem público determinado para que as nossas idéias de liberdade e respeito mútuo sempre possam prevalecer.

Pode ter certeza que este Poder solidariza-se com Vossa Excelência.

O SR. RICARDO MAIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de comunicar aos senhores deputados e aos companheiros das universidades e faculdades aqui presentes, que o Líder do Governo, Valdir Rossoni, marcou para amanhã, às 10 horas, em seu gabinete, uma reunião com o secretário de Estado professor Ramiro, juntamente com os representantes do comando de greve e do Comitê em Defesa do Ensino Público do Paraná.

E, aproveito a oportunidade para convidar os demais deputados que puderem participar, independentemente de estarem participando da nossa Frente em Defesa do Ensino Público e Gratuito do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Esta Presidência tem a honra de registrar aqui a presença dos professores e alunos da Faculdade de Artes do Paraná, a FAP.

Passando ao Horário das Lideranças, consulto aos Líderes do PFL, PSDB, PMDB, PPB, PSL, se farão uso da palavra.

(Declinam)

Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni, pela Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, senhores deputados, professores, estudantes e servidores das universidades públicas do Estado do Paraná.

Não pensava em fazer uso da palavra, mesmo porque acho que a solidariedade aos trabalhadores na área da educação do ensino superior no Estado do Paraná, já tinha sido manifestada na Tribuna do Estado do Paraná. E, pelo relato que vi, do deputado Ricardo Maia e pelo discurso do deputado Valdir Rossoni, uma negociação vai ser entabulada com o comando de greve dos senhores trabalhadores na área da educação do ensino público.

Mas, não poderia deixar de vir aqui prestar minha solidariedade pessoal ao deputado Waldyr Pugliesi e, mais ainda, sei que foi um ato isolado, mas não posso deixar que o silêncio me transforme em cúmplice de manifestar diante do relato do deputado Waldyr Pugliesi. Pela envergadura moral, pela envergadura ética, pelo seu combate pelo ensino público e gratuito, pelo seu combate por aquilo que há de mais sagrado que é a democracia neste País, pela sua história de vida, pelo atentado político que sofreu recentemente na sua cidade de Arapongas, não poderia ficar em silêncio e este silêncio se transformar em cumplicidade de manifestações adversas ao seu pronunciamento hoje na tribuna da Assembléia Legislativa.

Sei que os servidores do Estado do Paraná lutam pela educação pública, por melhores verbas e melhores condições de ensino no nosso Estado. Mas saibam vocês, que é exatamente a luta do deputado Waldyr Pugliesi que é contra tudo o que vem fazendo na educação pública do nosso Estado, com o dinheiro dos contribuintes, o governador Jaime Lerner.

O deputado Valdir Rossoni veio aqui e disse os belos números apresentados pelo governador: 70 milhões em 94; 280 milhões, hoje. O deputado Valdir Rossoni não diz o que está fazendo com a educação pública de 2º grau. Diz que esteve em negociação e que houve avanços. Houve avanços no vale-alimentação, de trinta para cinquenta reais. Houve uma promessa vaga de um dia, talvez, acabar com o Paraná educação e com a privatização do ensino médio no Estado do Paraná. Houve uma vaga promessa de talvez conceder reajuste para os servidores até o ano de 2002. Disse para os professores que quando a folha melhorar, haverá aumento de salário para eles. No entanto, o governo não se compromete em um centavo para reposição dos salários dos servidores, desde que a folha, com o Paraná Previdência, com o fundo capitalizado pela venda da Copel ou pelos royalties da Itaipu libere a folha de pagamentos, o deputado Valdir Rossoni não disse para onde foram os 400 milhões da verba de propaganda gasta pelo governo nos

quatro meses. Daria para fazer três folhas de pagamento dos servidores do Estado do Paraná, somente na área de ensino superior.

E a vida do deputado Waldyr Pugliesi, sua vida e sua história de luta estiveram indelevelmente marcadas com a luta do ensino público e gratuito do nosso Estado. Há um descabro, hoje, no nosso governo. Ao mesmo tempo que atacam a educação, que reprimem professores, que reprimem movimento de trabalhadores, o governo, hoje, se lança num buraco sem fim, talvez num buraco negro. As denúncias de corrupção pululam de todos os dias, de todos os lugares. Não basta a prefeitura de Londrina, que desviou dinheiro público da Copel, dinheiro dos contribuintes paranaenses. Somente os promotores já chegaram a comprovar 16 milhões de verbas públicas desviadas, tanto para a campanha do senhor Antônio Belinati como para a campanha do seu filho, quanto para as contas pessoais e particulares da vice-governadora, para financiar campanha de deputados federais.

Muitas vezes nós, e é um sentimento comum, não queremos mexer com as coisas da política. Mas, talvez a cidade de Londrina não esteja demonstrando, hoje, o quanto é importante que a sociedade tome a política nas suas mãos. Cada dia que passar que deixar as contas públicas, deixar o Estado, deixar as diretrizes de governo apenas nas mãos da classe política, sem que isso possa abrir canais para que a população organizada possa interceder, possa fiscalizar, nós vamos ver o nosso País caminhar por estes descaminhos que vêm acontecendo, hoje, no nosso País.

Espero que os senhores servidores públicos estaduais tenham mais sorte que os servidores públicos do ensino médio, porque deles - e eu acompanhei a negociação - houve alguns pequeníssimos avanços. Mas, diante do que este governo vem fazendo contra os ataques aquilo que é de mais sagrado, que é o ensino público, gratuito, o dinheiro público, dos contribuintes do Estado do Paraná, diante deste quadro todo, o que os servidores públicos do Estado do Paraná do ensino médio tiveram foram apenas vãs promessas. Sequer a eleição de diretores para garantir que cada escola, cada unidade escolar tenha uma relação direta com a comunidade, permitindo a participação de associação de pais e mestres, a eleição de diretor, já consagrada historicamente na estrutura educacional do nosso Estado. Sequer isso foi garantido, explicitamente, aos professores do ensino médio do nosso Estado.

Espero que vocês tenham mais sorte que os professores. Mas, não percam de vista uma coisa: somente a organização, a mobilização e a determinação de vocês vai fazer com que milhares e milhares de jovens possam ter garantido um dia de estar no ensino superior e poder ter um local de trabalho e melhorar sua condição de vida e se colocarem como cidadãos conscientes na nossa vida, no nosso País. Somente com ensino público e gratuito é que podemos garantir isso.

E vocês, junto com a sociedade organizada é que podem garantir. Porque na minha opinião, senhor Presidente, se depender do governador Jaime Lerner, a educação, ó, um abraço para ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Liderança do PDT.

(**Declina**)

No horário destinado à Liderança do PST, concedemos a palavra ao deputado Divanir Braz Palma, da região de Maringá.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores, imprensa, professores, funcionários, alunos das Universidades Públicas do meu Estado.

Ouvimos aqui informações de todos os lados envolvendo os problemas das nossas Universidades Públicas. Nós que estamos na vida pública temos que neste momento parabenizar a mobilização dos professores, funcionários e alunos das Universidades, que em especial as de Maringá, de Londrina, que vem para Curitiba num esforço, num sacrifício trazer seus anseios, suas reivindicações, e mostrar a realidade que vivem.

Nós nos sentimos gratificados porque sabemos que esse sacrifício, ele é nutrido pelo sentimento da esperança de que Assembléia, como um Fórum representativo de toda a sociedade, possa dar continuidade a essas preocupações, e mostrar caminhos e soluções para os problemas universitários das nossas Universidades Públicas.

Eu me sinto mais responsabilizado ainda em refletir sobre o problema da Universidade Pública ao receber os ilustres visitantes nesta tarde, porque sabemos que nada está indo bem. Os números aqui apresentados pelo nosso Líder Valdir Rossoni são incontestáveis quando diz que houve um aumento de 270% de investimento do governo do Estado, na ordem de quase 300 milhões; houve um aumento de 35% nos cursos e houve um aumento de 20% de alunos.

Ora senhores, se nós temos uma inflação de 41% que é pedida, e é um pedido honesto, justo que os senhores fazem nesta Casa, que não é o aumento salarial, mas sim uma reposição necessária para que o orçamento da sua casa, da nossa casa não seja defasado e corroído pela inflação, esse aumento de 41% comparado com o aumento de 270% que o governo deu para as universidades, eles não batem, esses números não estão batendo.

Estamos aqui para fazer uma reflexão com o espírito desarmado, despolitizado, para que possamos achar aonde é que está o nó da questão. Se nós estamos investindo maciçamente nas universidades, estamos vendo lá em Maringá o que está acontecendo, a UEM está em estado precatório, as suas instalações estão se deteriorando. Eu tenho um filho e aqui vai um depoi-

mento pessoal, meu filho Gilberto Braz Palma fez o 1º ano de Administração em Maringá, repetiu o ano e chegou para mim e falou: “Pai, eu quero ir para o Sesumar”, e eu falei: “Por quê?” E ele falou: “Porque quando eu vou fazer um trabalho que precisa da biblioteca o professor manda eu consultar a biblioteca da Sesumar, quando preciso fazer um trabalho de informática ele manda eu consultar o laboratório Sesumar, como Administração é um curso moderno eu preciso de uma escola moderna”. E eu confesso aos senhores, eu fiquei envergonhado de ter que admitir que o meu filho se transferisse para a Sesumar, não que eu tenha algo contra a Sesumar, pelo contrário, eu admiro o professor Wilson de Matos que vai transformar a Sesumar numa universidade. Essa é uma grande escola, apesar de que eu tenho restrições aos ensinamentos particulares porque hoje como a nossa universidade pública só consegue atender 10% da demanda, nós temos aí o vestibular de inverno, doze mil inscrições para mil e duzentas vagas aproximadamente, estão surgindo cursos que estão transformando o ensino superior em mercadoria de varejo, e nós não sabemos se aos nossas autoridades vão ter competência, para poder administrar e fiscalizar, assim como a UEM faz - hoje ela é citada e recitada no Brasil inteiro, como uma universidade com cursos de notas altíssimas, comprovadas pelo provão.

Senhores, falei para o Ricardo Maia e parabeneizei esse deputado, pela sua luta e preocupação com a universidade pública. Coloquei-me à disposição, também de fazer parte dessa comissão, porque o problema não vai terminar aqui. Está começando, agora, um grande debate estadual, porque precisamos chegar ao âmago da questão. Onde está esse buraco negro? Como é que está essa caixa preta? Quem está falhando nesse processo? Para onde é que está indo o dinheiro?

Eu, como pequeno empresário, ao lado dos senhores, estarei a qualquer momento disposto, como já falei para a professora Neuza T., que é uma brilhante reitora da Universidade Estadual de Maringá, para que possamos estudar e levar avante a idéia, de que também temos de dar condições ao Paraná, de participar de todo esse bolo federal, uma vez que o Paraná participa com 6% de todo o PIB nacional. Nós só temos uma universidade federal. Temos quatro universidades federais no Rio Grande do Sul, como falou o nosso líder, Rossoni. É preciso que a nossa bancada federal também olhe para isso, acorde, para o lado universitário. Acabaram com a nossa universidade pública. Cairemos em um abismo e sofreremos as consequências de termos empresários medíocres, empreendedores medíocres, brasileiros medíocres e um País medíocre. Porque é só através do ensino é que vamos resgatar a cidadania do povo brasileiro e sairmos desse terceiro mundo nojento, em que vivemos.

Por isso, acho que é necessário fazer essa reflexão e olhar a universidade como uma empresa também. Uma

empresa onde se tem também que discutir a importância do trabalho, do desempenho, da eficiência, da competência e da produtividade, para que possamos apresentar à sociedade os números exatos e exigir que a sociedade dê condições, para que a universidade não tenha que sair esmolando ajuda e recursos, para que ela possa prestar um ensino de grande qualidade, como ela sempre tem feito.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Liderança do PSB, consulto se fará uso.

(Declina)

Consulto a Liderança do PTB.

Deputado Cezar Silvestri, com a palavra.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, o que me traz à Tribuna, na tarde de hoje, é para falar de um projeto de minha autoria, que está na Ordem do Dia de hoje, o Projeto de nº 5699, que proíbe o Estado do Paraná, à circulação, à comercialização e o consumo de carne e animais, para abate de países que permitam o uso de substâncias, com propriedades anabolizantes de origem animal ou sintética, usadas para fins de aumento da massa corporal de abate para consumo humano.

O que pretendemos, senhores deputados, com esse projeto é, na verdade proibir a comercialização, a circulação de carne de países que utilizem o anabolizante. Para que vocês tenham conhecimento, existe uma Portaria do ano de 1991, que proíbe, do Ministério de Agricultura, o uso de anabolizante para engorda bovina, em nosso País. mas em contrapartida, nós, consumidores, brasileiros, consumimos todos os dias carnes oriundas desses países. Como exemplo maior nós temos aqui do País vizinho, da Argentina, um dos países maiores exportadores de carne, nós temos a entrada livre desse produto e também ofertada em muitas churrascarias e nas casas de carne como carne de qualidade superior. Perde o consumidor brasileiro porque, indiscutivelmente, muito questionam a autorização do anabolizante, chegando a dizer que é um produto cancerígeno, então perde o consumidor brasileiro porque está consumindo um produto que pode trazer prejuízos a sua saúde e perde o produtor, principalmente o pecuarista brasileiro, porque está comprovado que o uso de anabolizante chega a dar um ganho de peso de 5 a 30%, numa média em torno de 15% e também uma melhoria na conversão alimentar na faixa de 5 a 15%.

O que nós queremos evitar, na verdade, é que continue esta prática em nosso País fazendo com que tenhamos senão a continuidade da proibição do uso do anabolizante, nós tenhamos a liberação, em todo território nacional.

Um dos argumentos utilizados por técnicos e especialistas da área é que a proibição é necessária porque em nosso País nós não temos funcionários, veterinários,

equipamentos para que haja fiscalização do uso do anabolizante. E este argumento não é válido, principalmente agora nós temos o Paraná livre da febre aftosa. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e também de Goiás estão livres da febre aftosa. Para que isso ocorresse estes Estados investiram, maciçamente, na contratação de pessoal e também de equipamentos para que tenhamos uma fiscalização apropriada.

Prova disso é que há dias atrás nós recebemos um boletim da Secretaria da Agricultura, nos dando a seguinte informação:

“Que outras ações de controle sanitário como o aumento do quadro de técnicos da Secretaria de Agricultura que foi ampliado em 100 médicos veterinários e 20 engenheiros agrônomos, como forma de reforçar o sistema de defesa.

Com recursos do governo federal foi possível comprar mais 150 carros para aumentar a frota de veículos da fiscalização.

As unidades veterinárias estão sendo informatizadas e os postos de fiscalização interestaduais automatizados.

O governo ainda implantou um sistema volante de fiscalização e controle do trânsito interestadual de animais e produtos. Foi criado também o grupo especial de atenção a suspeitas de enfermidades emergenciais. Equipes especiais foram designadas para o setor de fiscalização.

Está em andamento a adequação do Laboratório Marcos Henrietti, em Curitiba, que está sendo dotado, em Curitiba, para a realização de exames sorológicos”.

Somente com este aumento do efetivo de médicos veterinários, de engenheiros agrônomos e também com a implantação desse laboratório, hoje, no Paraná, e tenho certeza absoluta, que todos estes Estados que estão livres da febre aftosa, é possível, sim, fiscalizarmos o uso de anabolizantes. O que precisamos é que haja uma normatização a nível nacional, porque nós só podemos legislar dentro do Estado do Paraná, para que, de uma vez por todas, ou se proíba o uso de anabolizantes, em todo País, e também se proíba a importação de carne, ou se libere o uso de anabolizantes, logicamente com controle feito por parte da Secretaria da Agricultura e também por parte da Secretaria da Saúde.

Concedo o aparte ao deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Silvestri, eu quero cumprimentar Vossa Excelência, por esta iniciativa que tem o nosso apoio, não só como eu disse hoje, na condição de deputado estadual mas principalmente na nossa concepção de médico veterinário. Vossa Excelência traz um assunto que não podemos ignorar a importância que tem a discussão desse tema.

Todos sabemos da luta que foi para liberarmos o Paraná e parte do Brasil da febre aftosa. Não podemos

correr nenhum risco em liberar hoje os anabolizantes sob pena de perdemos todo aquele trabalho que fizemos para melhorar a condição de exportação da carne bovina.

O projeto dá mais segurança a todas as iniciativas que foram desenvolvidas para liberar a febre aftosa e garantir um produto de qualidade, um produto certificado, do ponto de vista higiênico, sanitário, ambiental, já que os hormônios entram nesta questão do componente biológico.

Estamos fazendo estudos complementares em cima do seu projeto. Estamos ouvindo médicos veterinários para verificar se há necessidade de propormos alguma alteração ao texto proposto por Vossa Excelência. Se não houver necessidade de nenhuma ajuste, nenhuma correção é evidente que amanhã aprovaremos em 2ª discussão e o projeto irá à sanção do governador.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Agradeço o aparte.

Alguns países que usam anabolizantes, no caso específico dos EUA, 99% do gado confinado é gado que é engordado com uso de anabolizante. Esses países exportam para a comunidade européia que não aceita a entrada de carne com utilização de anabolizante, mas eles criam engorda em regime específico, ou seja, com acompanhamento. O que podemos fazer aqui também, temos pessoal habilitado. Essa desculpa que não podemos fiscalizar não é verdadeira.

Queremos que haja uma regulamentação para que não tenhamos mais esse impasse. Hoje o consumidor brasileiro e o pecuarista brasileiro estão fazendo papel de otários. Não podemos utilizar anabolizantes, mas estamos consumindo carne oriunda da Argentina, dos EUA, e de vários outros países que usam anabolizantes.

A nossa idéia é que haja proibição da circulação e do consumo no Estado do Paraná, apelando para os nossos senadores, deputados federais. Para que haja uma normatização a nível nacional através de lei, porque hoje o que regulamenta é a Portaria nº 51/91.

Gostaria de pedir o apoio de todos os deputados para aprovação desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Horário das Lideranças de Oposição.

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhores deputados.

Usamos esta tribuna para aproveitar o ensejo e manifestar a nossa opinião em nome da Oposição, de apoio a reivindicação dos servidores das universidades do Estado do Paraná.

Da mesma forma que recebemos aqui os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e que senão atendeu a classe, pelo menos houve alguns avanços

intermediados por esta Assembléia. Aachamos que é possível o Governo do Estado do Paraná colocar no seu planejamento essa questão que envolve os servidores das universidades, professores, funcionários, técnicos e administrativo.

Comunicar a Casa que hoje pela manhã, no Seminário promovido pelo meu gabinete, pelos gabinetes dos deputados José Maria Ferreira, Cesar Seleme e Hermes Fonseca, tivemos um debate durante a exposição do eminente jurista Romeu Barcellar Filho, e que os professores irão apresentar no Processo de Revisão Constitucional, uma redação em que explícita, no ponto de vista deles será acatada ou não por esta Assembléia, a questão da Autonomia Universitária no Paraná. Rapidamente queria abordar sobre isso.

O Governo do Estado do Paraná há dois anos atrás começou uma discussão, pegando uma orientação constitucional que determina que as universidades tenham a autonomia política administrativa e financeira, e transformou essa demanda constitucional, na verdade numa camisa de força para as universidades. Sem uma discussão aprofundada com a comunidade, sem uma discussão com essa Assembléia Legislativa. Acho que aí está o maior pecado!

O que aconteceu?

As universidades do Estado do Paraná, acho que têm cumprido a sua função, tem ajudado o Estado do Paraná, mas tem que ser melhor discutido em todos os aspectos possíveis, desde da eficiência, garantias de recursos orçamentários, de tesouro, assim por diante.

Mas o que o governo fez?

Não fez a discussão do ponto de vista das universidades oferecerem serviços, ajudar a alavancar o Estado do Paraná. Pegou a autonomia restante que existia na universidade e fez então um convênio com o governo do Estado usando a autonomia da universidade. Os senhores reitores assinaram esse convênio com o governo do Paraná usando o poder que lhe era conferido pela Constituição, nesse convênio abrindo mão desses poderes. E foi isso que aconteceu!

Em resumo, há um convênio firmado em cada universidade com o governo do Estado do Paraná, em que - não está escrito isso com todas as letras - na prática tira a autonomia das universidades.

Então estamos vendo a reivindicação da reposição salarial de 41%, definição de uma política salarial isonômica e socialmente justa para todos os servidores estaduais, implantação e regulamentação do PCCS, assinatura de convenção, acordo coletivo de trabalho, direito a licença especial, prêmio relativo ao tempo de celetista, estabelecimento de processo de negociação permanente com o Sindicato, aprovação do tempo definitivo de autonomia para as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

São demandas que vêm reprimidas, porque o governo não fez uma discussão completa com a sociedade,

sobretudo com os docentes e com o servidores da universidade.

Então, somos absolutamente solidários, a Assembléia Legislativa, tanto a Bancada de Oposição está garantido e penso que também do lado do governo, através da liderança do Rossoni, é possível nós sermos um canal permanente desse debate. O deputado Ricardo Maia já propôs e eu quero me colocar à disposição para incorporar essa Frente Parlamentar em defesa do ensino público da Universidade do Paraná, e nós podemos avançar e que o governo, a partir de hoje, coloque no seu planejamento diário o repensar constante e a valorização do ensino público das universidades do Estado do Paraná. O Estado de São Paulo é o Estado que mais investe em ensino superior e tem tido retorno em pesquisa, em desenvolvimento tecnológico, em todas as conquistas tecnológicas, científicas dentro da Universidade são levadas para o Estado, para a Secretaria da Educação, para a Secretaria de Saúde. Retornam em serviços para a sociedade e melhora a qualidade de vida, dá royalties e dá rendimentos financeiros para o próprio Estado de São Paulo. O Paraná pode seguir essa trilha e avançar nesse aspecto e avançando muito mais no que dispõe o Artigo 205 da nossa constituição com relação aos recursos para a ciência e pesquisa científica.

Muito obrigado. Era isso. A Bancada da Oposição, absolutamente solidária com a manifestação dos professores docentes, funcionários das instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Consulto a Liderança do Governo se fará uso da palavra.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Miltinho Puppio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos senhores deputados Cesar Seleme, Edno Guimarães, Algaci Tulio e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que designa o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná como Instituto de Criminalística Perito Criminal Arlindo Blume. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 11.552, de 02 de outubro de 1996, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Bairro Mercês, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - Unapmi, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 28, 29, 31, 32 e 33 do imóvel Núcleo Itaperuçu, situado no município de Morretes, a Clóvis José de Oliveira e Zofia Dorocinski. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Nós, também, através do deputado Colombo, tínhamos apresentado um requerimento pedindo a retirada desse projeto. Porque entendemos que ele, por pertencer à legislatura passada, em virtude de não ter sido discutido, neste momento, tanto pela Comissão de Terras, Colonização e Imigração, pela Comissão de Obras, que seria oportuno, neste momento, remeter esse projeto a essas Comissões: Comissão de Obras, Comissão de Agricultura e à Comissão de Terras, para que a atual legislatura pudesse, também, analisar o inteiro teor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Está registrada a manifestação do deputado Orlando Pessuti, a respeito da retirada do Projeto de Resolução nº 004/96. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de resolução nº 004/96.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que proíbe em todo território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 200, de 14.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 656/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, proíbe em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Promovidas diligências junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme

solicitação desta Comissão Permanente, aquele órgão do Poder Executivo, encarregado da fiscalização nesse caso, no Estado, posicionou-se favorável à aprovação desta matéria, considerando “incongruência legal, administrativa e econômica, proibir-se o uso de anabolizante pelos nossos pecuaristas e permitir-se a aquisição dos produtos derivados oriundos de animais tratados com anabolizantes nos países estrangeiros”.

Em face do exposto, considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 656/99, na forma do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 656/99

Art. 1º - Fica proibida no Estado do Paraná a circulação, a comercialização e o consumo de carne e animais para abate, importados de países que permitam o uso de substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Art. 2º - Independente das sanções civis e penais, o Estado do Paraná fiscalizará e apreenderá a carne ou o animal importado para abate, que contenham substâncias com propriedades anabolizantes, objeto de circulação, comercialização ou consumo no respectivo território.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 656/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, visa proibir em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usada para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entende a importância da reivindicação, visando a proibição do uso de anabolizantes no rebanho nacional pelos pecuaristas, bem como a comercialização ou o consumo de carne importada que contém substâncias anabolizantes.

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1215, de autoria dos senhores deputados Ademar Traiano, Nereu Moura, Hermes Fonseca e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

A única coisa que me preocupa da alteração do horário da sessão é que marcamos a reunião com os sindicatos e os deputados quanto às negociações dos grevistas das Universidades Estaduais, mas vamos tentar mudar o horário agora, com os representantes.

Só gostaria de aproveitar para que ficasse avisado aos senhores deputados que mudaremos o horário da reunião com os servidores das universidades.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Registro feito pelo líder do Governo, deputado Valdir Rossoni.

Requerimentos nºs 1188 e 1189, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1193 e 1194, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1195, 1196 e 1207, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1197, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1198, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1202, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1204 a 1206, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1208, 1209 e 1216, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1217 a 1219, de autoria do senhor deputado Sergio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1214, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Deputado Irineu Colombo, tive o cuidado de consultar o relator da Comissão e Orçamento, deputado Durval Amaral, e ele me dizia da impossibilidade de programarmos o prazo por duas sessões. Teríamos a sessão de amanhã, o feriado, e a sessão de segunda-feira. Ou seja, se aprovássemos o requerimento, entregaríamos as Emendas ao relator na terça-feira, quando ele teria que ter um prazo para relatar essas emendas, teríamos que fazer a reunião da Comissão de Orçamento e seria praticamente impossível votarmos a L.D.O. até o dia 30. E para que possamos entrar em recesso, o nosso Regimento diz que teremos que votar antecipadamente a L.D.O.. Então, a sugestão que gostaria de fazer a Vossa Excelência, se o senhor concordaria em mudar o requerimento, já peguei a consulta prévia do nosso relator, Durval Amaral, prorrogando o prazo até amanhã, para que ele pudesse durante o feriado analisar essas Emendas e não por duas sessões, até o dia 21, que seria até às 18:00 horas de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Consulto o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, temos algumas críticas a fazer ao governo pelo atraso com que mandou a esta Assembléia Legislativa o projeto. Mandou um projeto e em seguida mandou outro. E evidentemente ficou no afogadilho. O pedido se baseia em questões absolutamente práticas. Temos duas pessoas, um advogado e um economista analisando as Emendas e não conseguiram estudar toda a L.D.O., não conseguiram avançar, fizeram algumas emendas, não conseguiram concluir todos os estudos. Por isso, o requerimento. Inclusive um requerimento inédito, são duas sessões, geralmente são 05, 10, é praxe da Assembléia sempre trabalhar com 05, 10, 15 sessões. Entendo, inclusive agradeço a gentileza do deputado Cezar Silvestri, foi muito gentil no sentido de conceder até amanhã, acho até razoável este pedido, dá uma demonstração de boa vontade. Vou aceitar a gentileza. Mas, ao mesmo tempo, ressaltar que pensávamos em usar exatamente o feriado para estudar melhor o projeto. Em todo o caso, passaremos a noite com o pessoal para terminarmos as emendas possíveis.

Concordamos com a sugestão do deputado Cezar Silvestri, mas fica nosso descontentamento. Evidente-

mente que não é culpa dos deputados, mas o governo mandou atrasado projeto e atrasou a análise. E, inclusive, se coloca aí a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sei que o governo vai justificar por conta desta lei, mas, evidentemente, o governo tinha todas as condições de agilizar isso até para entender a nossa impossibilidade, o nosso tempo de análise do projeto.

Efetivamente o tempo de análise é muito curto.

O SR. CESAR SELEME

Só gostaria de justificar a todos os deputados que este prazo ficou bastante curto exatamente em função da Lei de Responsabilidade Fiscal que foi necessário fazer uma adaptação à LDO. Prazo que também acabou ficando curto não somente no Paraná mas em todas as outras Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais da Federação, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal ter sido votada no último mês de maio.

Então, senhor presidente, para que fique claro, o prazo se extingue amanhã, às 18h00.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Solicito autorização do deputado Irineu Colombo para que a Mesa possa fazer a correção do seu requerimento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Tem o consentimento, senhor presidente.

Inclusive a demanda que nos leva a analisar profundamente é em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que competirá estudarmos dois projetos, a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Está em discussão o requerimento. Em votação o requerimento que solicita alteração por uma sessão, portanto, amanhã, às 18h00, para apresentação das emendas. **Aprovado.**

Requerimento nº 1181, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se: dez aprovam. Vinte e três rejeitam. **O Requerimento está rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Justificar)

Senhor presidente, a intenção do presente requerimento, e logo em seguida tem outro requerimento mais ou menos com o mesmo teor, era para que pudéssemos analisar à luz das informações do governo, o projeto do deputado Divanir Braz Palma, que trata da desoneração de ICMS das empresas devedoras do Estado do Paraná.

Então, a pedido da equipe técnica nossa, para baseado nestes 200 devedores fazer uma avaliação de como anda a situação do Paraná, achávamos razoável que o Paraná tivesse estas informações.

Então, faço um apelo ao Líder do Governo no sentido de que estas informações são exatamente para embasar o debate em torno do Projeto do deputado Divanir Braz Palma, que é um deputado atuante na Bancada da Situação e que é interesse da Assembléia saber como se passam as finanças do Estado, como estão as empresas, para podermos inclusive, fazer com que o governo tenha possibilidade política de cobrar estas empresas, assim como o deputado Divanir Braz Palma veio me justificar e compreendi bem a intenção, a boa intenção do seu projeto, no sentido de valorizar as empresas paranaenses, aquelas que estão em dificuldades, que iremos analisar à luz das informações que porventura vierem, com relação às empresas devedoras do Estado do Paraná.

Então, espero estar justificando perfeitamente nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Requerimento nº 1180, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado por 23 (vinte e três) votos a 10 (dez).**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 169/99, 029, 031 e 145/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 063/98, 656 e 239/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 620/99 e 091/2000.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores

deputados: Duílio Genari, Beto Richa e deputada Serafina Carrilho. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 165/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDA. 02) Projeto de Lei nº 362/99, de autoria do deputado Marcos Isfer. Relator deputado Péricles Mello. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 455/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Péricles Mello. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 066/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NARCOTRÁFICO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para presidente. Presidida na forma regimental pelo deputado Nelson Justus, presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição para presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos no nome do deputado Algaci Tulio. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Algaci Tulio agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS, ÂNGELO VANHONI, RICARDO CHAB, SERAFINA CARRILHO, EDGAR BUENO, EDSON STRAPASSON, ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, FERNANDO RIBAS CARLI, RICARDO MAIA, CHICO NOROESTE e BERALDIN.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
NARCOTRÁFICO
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, sob a presidência do deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Ricardo Chab, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Ricardo Maia, Tiago Amorim, Serafina Carrilho e Beraldin. Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, colocando em discussão a substituição do deputado Geraldo Cartário pelo deputado Ricardo Chab, atendendo indicação partidária. Não houve nenhum óbice por parte dos membros presentes. Usando prerrogativa regimental, o deputado Algaci Tulio indicou o deputado Ricardo Chab para responder pela relatoria da Comissão. Usaram a palavra, em seguida, os deputados Edgar Bueno e Edson Strapasson para defender a indicação do deputado Ângelo Vanhoni para o cargo de relator. O senhor presidente mantém a sua indicação e informou aos senhores deputados que era seu pensamento convidar o deputado Ângelo Vanhoni para ocupar o cargo de vice-presidente, em virtude do seu excelente trabalho junto a Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico recém encerrada. O deputado Ângelo Vanhoni solicitou um tempo para responder e a reunião foi suspensa por 5 minutos. No retorno, o deputado Ângelo Vanhoni aceitou a indicação e o deputado Algaci Tulio indicou, também, o nome do deputado Edson Strapasson para funcionar como sub-relator da Comissão. Antes de encerrar os trabalhos, o senhor presidente apresentou uma pauta de trabalhos a ser realizada junto a administração desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, às 17:00 horas, foi realizada a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados Ricardo Chab, Edson Strapasson, Edgar Bueno, Antonio Baratter, Ricardo Maia, Ângelo Vanhoni, Fernando Ribas Carli e Luiz Carlos Alborghetti. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, agradecendo as presenças dos

senhores parlamentares, bem como dos convidados, senhor coronel Guaraci Moraes Barros, comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná; senhores doutores Roberto Nascimento e João Manoel, representando nesta reunião o senhor doutor Leonyl Ribeiro, delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná. A seguir o senhor presidente passou a palavra ao senhor coronel Guaraci, para que este faça um relato das atividades realizadas pela Polícia Militar com relação ao Narcotráfico e com o Crime Organizado. Após o término da sua explanação, a palavra foi passada aos senhores doutores Roberto Nascimento e João Manoel, que também colocaram algumas questões relacionadas com a Polícia Civil, no tocante ao Narcotráfico e com o Crime Organizado. Os senhores deputados fizeram alguns questionamentos, tanto com relação a Polícia Militar como a Polícia Civil, conforme as notas taquigráficas. Na seqüência, o senhor presidente suspendeu os trabalhos taquigráficos, pois foram tratados assuntos de ordem interna da Comissão e também reservados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente determinou ao secretário da Comissão que agende reunião para o próximo dia 10 de maio, com pauta a ser agendada e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às 17:00 horas, foi realizada a terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados Ricardo Chab, Ângelo Vanhoni, Beraldin, Edson Strapasson, Tiago Amorim, Antonio Baratter, Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli. Contando, ainda, com a presença do promotor de Justiça, doutor Vani Antonio Bueno. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, solicitando ao senhor deputado Edson Strapasson que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. Após a leitura da Ata, foi a mesma colocada em discussão e votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Agradecendo as presenças dos senhores parlamentares, do promotor, bem como de todos os presentes, o senhor presidente teceu considerações a respeito da passagem da CPI Nacional pelo município de Ponta Grossa / PR, nos dias 08 e 09 do corrente mês, tecendo comentários sobre a situação do Porto de Paranaguá, no que tange a impossibilidade de abertura de "containers", no pátio do Porto Franco, afeto a República

do Paraguai. Na continuidade, o senhor presidente colocou em discussão requerimento de autoria da presidência e da relatoria, endereçando ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Nelson Justus, solicitando oficial à Presidência da República, para que sejam tomadas as medidas legais e diplomáticas visando obter da República do Paraguai a indispensável cooperação para que as investigações brasileiras contra o narcotráfico se estendam às instalações do Porto Franco. O senhor deputado Antonio Baratter, pela ordem solicitou a palavra para requerer que se acrescente ao requerimento endereçado ao presidente da República também medidas urgentes no sentido de possibilitar-se à vistoria dos caminhões e “containers” em percurso nas rodovias brasileiras. Pois com esta medida se impossibilitaria o tráfico e o roubo de cargas no Brasil. Colocado em discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Na seqüência mencionou-se o ofício endereçado ao Excelentíssimo senhor deputado Moroni Torgan, relator da CPI do Narcotráfico Nacional, onde pretende-se informar, com documentos, a situação do Porto de Paranaguá com relação ao tráfico de entorpecentes. O deputado Antonio Baratter opinou comentando sobre a insensatez da fiscalização da Receita Federal referente a abertura dos “containers” que são fiscalizados por amostragem, ficando desta forma irreal sua averiguação. Na continuidade, o Presidente determinou a entrada no recinto de um dos envolvidos no tráfico de drogas, para depoimento, o senhor Pedro Medeiros Rosa, qualificado em termo de declaração próprio, em apenso, parte integrante da presente Ata, pedindo para prestar suas declarações em reservado, somente aos membros da CPI, e não publicamente, com teor sigiloso de sua declaração descrito na forma das notas taquigráficas, também parte integrante desta Ata. A seguir o senhor presidente solicita que adentre ao recinto um senhor com codinome Pedro, qualificado sigilosamente em termo de compromisso próprio, parte integrante da presente Ata, visando proteger a integridade física do depoente, que apresentou-se perante a Comissão Parlamentar encapuzado, pois o mesmo não pretendia mostrar o rosto por medida de segurança, tratado doravante com o codinome Pedro. O senhor “Pedro” fez um relato sobre as atividades de seu filho, morto recentemente, com indícios de queima de arquivo. Os senhores deputados fazem suas perguntas e obtêm suas respostas, na forma das notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Ao final, o depoente “Pedro” disse que seu filho foi morto por traficantes ou pela polícia. O senhor deputado Ricardo Chab, sugere ao senhor presidente que daquele momento para diante a reunião deveria ser reservada, sendo aprovada a solicitação. Neste momento, o senhor presidente da CPI pede desculpas a todos os presentes, pedindo que se retirassem do recinto, inclusive o serviço de taquigrafia, porque dali em diante a reunião seria reservada, ficando somente os assessores da CPI. A reunião pública é suspensa por dez minutos. Esvaziado o recinto, o senhor presidente deter-

minou a entrada de quatro pessoas, que não queriam ser reconhecidas publicamente, todas pais de pessoas mortas recentemente com indícios de queima de arquivo, qualificadas em termos de compromisso próprios, parte integrante da presente Ata, e que afirmaram que seus filhos mortos tinham envolvimento com drogas e possivelmente tenham sido executados pela polícia ou por traficantes, afirmando também, que em momento algum foram procurados pela polícia, delegados ou investigadores, para coleta de informações a fim de apuração dos fatos. A seguir, os membros da CPI, nas presenças do promotor de Justiça, senhor Vani Antonio Bueno, do advogado da CPI, doutor Jefferson Abade - OAB/PR nº 15.390 e do secretário da CPI, senhor Wilson Penka, o depoente senhor Pedro Medeiros Rosa, qualificado na forma do termo de compromisso próprio, parte integrante da presente Ata, passou a fazer o seu relato, depondo, na forma do termo de declaração anexo, gravado de sigilo, parte integrante desta Ata. A seguir, o senhor presidente determinou à Consultoria Jurídica da CPI, que procedesse a tomada de medidas judiciais necessárias, a fim de que, em caráter de urgência, o depoente fosse conduzido, após autorização da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, às dependências do Grupo Especial da Polícia Civil - Grupo Fera, para proteção de sua integridade física, e não ao órgão de origem, Centro de Triagem da Polícia Civil, determinando ainda para que fossem tomadas medidas futuras, para a transferência do depoente ao Centro de Observações e Triagem da Penitenciária Central do Estado - COT. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião da CPI para a data de 12 de maio do corrente, com o cunho de ouvir reservadamente, em caráter de sigilo, uma depoente. A seguir o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Wilson Penka - Relator

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
NARCOTRÁFICO E
DO CRIME ORGANIZADO
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês maio de dois mil, na sala de Reuniões das Comissões, às 12:00 horas, foi realizada reunião reservada da Subcomissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados Ricardo Chab e Edson Strapasson. Contando também, com a presença do senhor promotor de justiça, doutor Vani Antonio Bueno. O senhor presidente determinou a entrada no recinto de uma depoente devidamente qualificada, na forma do Termo de Declaração em anexo,

parte integrante da presente Ata, que compareceu acompanhada de sua advogada, doutora Sandra Regina Rangel Silveira. Os senhores deputados membros da C.P.I., fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pela depoente. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
NARCOTRÁFICO E
DO CRIME ORGANIZADO
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês maio de dois mil, às 12:00 horas, nas dependências do auditório da administração do Porto de Paranaguá, foi realizada reunião da Subcomissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio, contando com as presenças dos senhores deputados Ricardo Chab, Ricardo Maia, Tiago Amorim e Chico Noroeste, mais as presenças do senhor prefeito de Paranaguá, Mário Manoel das Dores Roque, do senhor promotor de justiça, doutor Vani Antonio Bueno, representando a Promotoria de Investigação Criminal, PIC, do senhor doutor Jefferson Abade, consultor jurídico da C.P.I., do senhor superintendente do Porto de Paranaguá, engenheiro Osíres Stengel Guimarães, do chefe da Guarda Portuária, senhor doutor Marcos Diniz Abade, de diretores do Porto de Paranaguá, o senhor presidente iniciou os trabalhos agradecendo a acolhida, e passou a relatar os objetivos da presença da C.P.I., na cidade de Paranaguá, passando a palavra ao superintendente do porto, engenheiro Osíres Stengel Guimarães, que procedeu uma breve explanação sobre a situação do Porto de Paranaguá, métodos de operacionalidade, espaços físicos do porto, atuação e responsabilidades principalmente ao que tange a parte de segurança portuária, afirmando que a responsabilidade de inspeção das cargas, containers etc..., é da Receita Federal e da polícia Federal. A seguir o senhor presidente passou a palavra ao inspetor de alfândega da Receita Federal, senhor doutor Paulo Sérgio Murta, que fez uso da palavra discorrendo sobre as funções da Receita Federal, legislação vigente, formas de fiscalização e atuação, afirmando que tão somente 10% dos containers que transitam pelo porto, incluso os do entreposto Paraguaio são fiscalizados e abertos, e que 90% são vistoriados documentalmente, e esta fiscalização é feita por amostragem. Na continuidade o senhor presidente suspendeu os trabalhos, para o almoço, marcando o horário das 15:00 horas para reinício dos trabalhos na Câmara Municipal de Paranaguá. Às 15:00 horas foi reaberto os trabalhos da Subcomissão Parlamentar de Inquérito do

Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com a presença dos senhores deputados Ricardo Chab, Tiago Amorim, e Chico Noroeste. Contando, ainda, com a presença do promotor de justiça, doutor Vani Antonio Bueno. O senhor presidente, inicia a reunião agradecendo os deputados, o doutor Vani, e em especial ao presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, vereador José Maria Martins do Carmo, bem como os demais vereadores, que de forma hospitaleira receberam a Comissão Parlamentar. O senhor deputado Algaci, esclarece que o senhor deputado Ricardo Maia teve que voltar a Curitiba, pois tem compromisso assumido anteriormente. Informa ainda, o senhor presidente, que os demais membros da Comissão Parlamentar, se deslocaram para Londrina, para discutir assuntos relacionados ao prefeito daquele município. Faz considerações sobre a criação, por parte da câmara deste município, de uma Comissão Especial de investigação do Narcotráfico, comissão esta, a exemplo de outras já constituídas no Estado, que em muito contribuirá com a C.P.I., estadual, por tratarem de assuntos correlatos. Concedida a palavra ao senhor deputado Ricardo Chab, o mesmo reforçou os pedidos do presidente alertando a urgência da constituição da CEI, de Paranaguá. Na continuidade o senhor presidente concedeu a palavra ao vereador José Maria Martins do Carmo, digníssimo presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, que agradeceu a honra da presença desta C.P.I., tecendo considerações sobre o tema drogas, desvios de carga, afirmando que envidará esforços para a constituição da CEI Municipal e que espera um estreito intercâmbio entre as esferas municipal e estadual de investigação do tema narcotráfico e crime organizado. Na sequência o senhor deputado determinou o esvaziamento do Plenário, e passou a realizar a reunião em sala reservada, esclarecendo a todos que os assuntos que seriam tratados eram de cunho sigiloso, pedindo escusas por tal solicitação. Dando continuidade, o senhor presidente chamou a presença da comissão o major Maurício Leite Laffitte, respondendo pelo Comando do 9º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná. O senhor comandante, agradecendo o convite, colocou-se inteiramente a disposição da C.P.I., e trouxe dados importantes relativos ao objeto das investigações, fornecendo a comissão documentos e listas com nome de pessoas ligadas ao narcotráfico na cidade de Paranaguá, demonstrando boletim de ocorrência de possível traficante preso com drogas no município. A seguir apresentou projeto de implantação, a exemplo do município de Guarapuava, que está sendo executado pelo coronel Porcides que visa o controle nas saídas de escolas estaduais e municipais, tecendo comentários sobre o Proerd, programa que visa a conscientização das crianças de 9 a 12 anos, faixa afeta ao narcotráfico. O senhor deputado Tiago Amorim questionou ao comandantes tem conhecimento de envolvimento de membros das Polícias Militar e Civil com drogas, sendo que o comandante respondeu que na esfera Militar não tinha conhecimento,

mas que na esfera Civil escuta-se histórias de teor negativo. O representante da promotoria criminal, doutor Vani, questionou o convidado se tinha conhecimento de um policial P2, por alguém ligado ao sobrenome Medina, a resposta foi negativa. Dando continuidade a ouvida dos convidados, o senhor presidente determinou a entrada ao recinto do Inspetor de Alfândega da Receita Federal, doutor Paulo Sérgio Murta. O senhor presidente reportando-se às afirmativas feitas pelo convidado, quando de sua explanação dos trabalhos da Receita Federal, no período na manhã nas instalações do auditório da administração do Porto de Paranaguá, APPA, quando o mesmo detalhou os procedimentos de fiscalização dos containers, especialmente os que transitam pelo entreposto Brasil-Paraguai e Porto Franco. Dizendo que somente 10% dos containers são abertos e fiscalizados, os outros 90% são totalmente vistoriados documentalmente, sem abertura, que atua por amostragem, e que todos os caminhões que foram carregados com containers no entreposto Brasil-Paraguai chegaram até a fronteira dos países, sendo que o sistema de informática chamado Contrad, acusou a passagem de todos os containers, chegando os mesmos ao destino no Paraguai. O senhor deputado Ricardo Chab, contrapõem-se ao depoente dizendo que tem conhecimento de denúncias de que caminhões não transpõem as fronteiras ficando no Brasil, o depoente respondeu que isto só acontece se tiver alguém da receita com acesso ao Contrad, alterando, interferindo no sistema de informática de controle do tráfego de caminhões originários do entreposto do Paraguai, acusando que os mesmos atravessam as fronteiras. Os senhores deputados membros da C.P.I., fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pelo depoente. Dando continuidade, chamou a presença da C.P.I., o senhor cônsul geral da República do Paraguai, senhor doutor Gerardo Vasquez Bogado em companhia do delegado do entreposto Brasil-Paraguai, em Paranaguá, senhor doutor Juan Pablo Esteche Alfonso, agradecendo as presenças e cientificando das intenções da C.P.I., pediu o apoio dos convidados para que em conjunto, Brasil e Paraguai, possam combater o narcotráfico e o crime organizado, passando a palavra ao senhor Cônsul, que agradeceu o convite e a oportunidade, de colocar oficialmente, em nome do governo do Paraguai, sua preocupação no que concerne ao tema narcotráfico e crime organizado, colocando-se a disposição para quaisquer questões, inclusive para receber em território paraguaio esta Comissão, para *in loco*, possam testemunhar os trabalhos desenvolvidos pela administração paraguaia, esclarecendo os objetivos da existência de entreposto do Paraguai em Paranaguá, explicando que se trata de um escritório avançado de representação dos Comerciantes importadores do Paraguai, e que todos os containers lá existentes estão a disposição para serem vistoriados pela C.P.I., através da Receita. Em seguida o senhor Cônsul passou às mãos do presidente, pelas documentais relativas à legislação pertinente, convênios Brasil-Paraguai, relativos a matéria. Na oportu-

nidade o senhor presidente questionou ao cônsul, a possibilidade da C.P.I. proceder fiscalização e abertura de containers, acompanhada da Receita Federal e outras autoridades, naquele momento, o senhor cônsul respondeu que seria uma honra acompanhá-los e que nada impede a C.P.I. e a Receita Federal de proceder a vistoria e abertura de containers. Em sendo assim, o senhor presidente determinou que fossem dispensados alguns convidados e determinou que todos os membros da C.P.I., inclusive a assessoria, representante da Receita Federal, Polícia Federal, e Promotoria de Justiça acompanhassem a C.P.I., para realização de investigação no interior do entreposto Brasil-Paranaguá, doutora Mônica Lievore e do delegado da Polícia Federal, doutor José Augusto de Mello Chueiri. A seguir a comitiva seguiu até o entreposto Paraguaio, onde foi realizada a abertura de dois containers, e conhecido o trâmite das cargas dentro do entreposto. Após o retorno da C.P.I., às instalações da Câmara Municipal, o senhor presidente chamou reservadamente à presença dos membros da C.P.I., a senhora doutora Mônica Lievore, sendo que a mesma respondeu questionamentos formulados pelos senhores deputados, afirmando que 80% dos processos afetos à vara Criminal é de uso de drogas e não tráfico. Após o senhor Presidente chamou a presença da C.P.I., o senhor doutor José Augusto de Melo Chueiri, delegado da Polícia Federal de Paranaguá, relatando que necessita de material humano para facilitar o trabalho da Polícia Federal, que não tem barcos para a fiscalização da orla marítima, nem para coibir a pirataria, e informou que o porto de São Francisco do Sul, próximo à Joinville, não possui nem Polícia e nem Receita Federal, e por isso Joinville é o centro de distribuição, respondendo ainda questionamentos dos senhores deputados, passando relatório documental sobre a atuação da Polícia Federal em Paranaguá. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, às 10:00 horas, foi realizada reunião secreta da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a Presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados membros da comissão, Edson Strapasson, Ricardo Chab, Chico Noroeste, Beraldin, Luiz Carlos Zuk, mais a presença dos senhores deputados Basílio Zanusso, Pastor Edson Praczyk e Irineu

Colombo, que não fazem parte da Comissão, mas estão contribuindo e muito nos honrando com suas presenças, nos trabalhos desta reunião. Contando, também, com a presença do Promotor de Justiça, doutor Vani Antonio Bueno. O senhor presidente abriu os trabalhos, tecendo comentários sobre a reunião desta Comissão Parlamentar, realizada na data de ontem 17 de maio, no município de Paranaguá, onde foram ouvidas reservadamente as autoridades locais. Na sequência, o senhor presidente determinou que o depoente devidamente qualificado, na forma do Termo de Declaração em anexo, parte integrante da presente Ata, adentre ao recinto para prestar seu depoimento. Os senhores deputados membros da C.P.I., fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pelo depoente, conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Elio Rusch, Ademar Traiano e Serafina Carrilho. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de lei nº 40/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa - auditório "Luiz Gabriel Sampaio" às 17:00 horas, foi

realizada reunião pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados membros da Comissão, Ricardo Maia, Ricardo Chab, Luiz Carlos Zuk, Serafina Carrilho, Edson Strapasson, Beraldin, mais a presença do senhor doutor Vani Bueno, promotor de Justiça, do senhor doutor Armando S. Neto, também promotor, doutora Mônica Elena Derbli, promotora substituta da comarca de Araucária, doutora Stela Maria Flores Floriani Burda, promotora titular da comarca de Araucária, que estão contribuindo e muito nos honrando com suas presenças, nos trabalhos desta reunião. O senhor presidente abriu a presente reunião, tecendo comentários sobre os trabalhos realizados pela CPI Nacional do Narcotráfico e do Crime Organizado em Brasília, aonde foi bem recebido pelos senhores Chico da Princesa, Romeu Tuma e outros. Comentou sobre a "semelhança" do crime organizado com o roubo de cargas, inclusive da sua contribuição de três dossiês entregues por ele à CPI do Roubo de Cargas. Novamente citou sobre o contrabando no Porto de Paranaguá, afirmando que foi este o assunto da sua estada em Brasília. Relembrou de forma sucinta os assuntos das últimas reuniões desta Comissão, da 3ª, 4ª e 5ª reunião ordinária, na sequência leu a Ata da 6ª reunião. Após a aprovação dos senhores deputados, o senhor deputado Ricardo Chab deu sequência aos comentários sobre o que entra pelo entreposto do Porto de Paranaguá. Afirmou que não adianta "catar galinhas aqui" e sim deve-se ir à fonte onde "é de toneladas, o Porto". Posicionou-se referentemente à Polícia Federal, que está mais preocupada com a arrecadação de impostos e que ela, nesta forma de fiscalização atual, que está fazendo nos contêineres, legaliza o tráfico. Deu seu parecer que, o que tem que ser feito é: "criar um mecanismo de fiscalização, onde sem isso é impossível o combate ao narco, e se o crime é organizado, deve ter a convivência de funcionários, por isso é organizado, senão seria desorganizado". Após isso, mencionou o objetivo dessa reunião, de estabelecer uma investigação de "mortes ligadas ao tráfico". Passou a palavra ao presidente que determinou a entrada do depoente devidamente qualificado, na forma do Termo de Declaração em anexo, parte integrante da presente Ata, adentre ao recinto para prestar seu depoimento. Os senhores deputados membros da C.P.I., fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pelo depoente. Na continuidade foram ouvidos os depoimentos das senhoras Joana Ramos e Sônia Clarice Leandro Simões, mãe e esposa, respectivamente do senhor Valdemir Luzimar Simões, assassinado em Araucária. Na sequência dos trabalhos foi ouvido o senhor Anderson Luiz Cabrini, devidamente qualificado na forma do Termo de Declaração em anexo, parte integrante da presente Ata. Dando continuidade aos trabalhos seria ouvido o depoente, senhor Claudio Vicente de Oliveira, portador da Carteira de

Identidade R.G. nº 4.958.749/PR, brasileiro, filho de Pedro Vicente de Oliveira e Irene Kolachinski de Oliveira. Como o mesmo não compareceu, o senhor presidente determinou que o Consultor Jurídico desta Comissão, doutor Jefferson Abade, tomasse as medidas judiciais necessárias no sentido de proceder a intimação judicial do senhor Claudio, devidamente qualificado, pois o mesmo não atendeu a intimação e não compareceu hoje perante esta comissão, tudo devidamente registrado conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil, no Plenário da Câmara Municipal de Araucária, na comarca de Araucária, às 17h00, foi realizada reunião pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Sob a Presidência do senhor deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos senhores deputados membros da Comissão, deputado Ricardo Chab, Tiago Amorim, Beraldin, Ricardo Maia, Chico Noroeste, Antonio Carlos Baratter, mais a presença do senhor doutor Vani Bueno, promotor de Justiça, doutora Mônica Elena Derbli, promotora substituta da comarca de Araucária, doutora Stela Maria Flores Floriani Burda, promotora titular da comarca de Araucária. O senhor presidente abriu a presente reunião, agradecendo ao presidente da Câmara Municipal de Araucária, vereador Olizandro Ferreira, a concessão do Plenário da Câmara para a realização da presente reunião. Na sequência, teceu comentários sobre a respeitabilidade do povo araucarense, objetivando, o motivo pelo qual a CPI encontra-se na cidade. O senhor deputado Ricardo Chab dispensa a leitura da Ata anterior, para agilizar os trabalhos. O senhor presidente, fez os devidos registros de ofícios encaminhados a esta CPI, entre eles o ofício da Junta Comercial do Paraná, para o qual está sendo tomado as devidas providências sobre o pedido. Na continuidade, agradeceu também a segurança da Polícia Militar e Civil no recinto, passando a palavra ao deputado Chab, o qual convidou para ser ouvido publicamente o primeiro depoente, colocando-o à vontade. A seguir, foram ouvidos os demais depoentes (6), conforme notas taquigráficas em anexo que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo

senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil, no Auditório do Fórum da Comarca de Maringá, às 20h30min, foi realizada reunião pública de instalação oficial da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, neste município. Sob a proteção de Deus, o senhor presidente abriu os trabalhos, fazendo a leitura da Ata da reunião anterior, colocada em votação foi a mesma aprovada. A seguir o senhor presidente agradeceu as presenças dos senhores deputados: Tiago Amorim, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Antonio Baratter, Chico Noroeste e Basílio Zanusso. Contando ainda, com as presenças dos representantes da Promotoria de Justiça, Ilustríssimos senhores doutores, Vani Antonio Bueno, Luiz Eduardo Silveira Albuquerque e Domingos Tadeu Ribeiro da Fonseca, e mais a presença do consultor jurídico da CPI, senhor doutor Jefferson Abade. Estiveram presentes ainda, autoridades deste município e também dos municípios de: Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama. O senhor presidente agradeceu ao município de Maringá a acolhida da CPI, agradeceu também as presenças das autoridades: doutor Otávio Salvador, procurador geral do município de Maringá, representando o prefeito municipal, senhor Jairo Moraes Gianoto, presidente da Câmara Municipal de Maringá, senhor vereador João Alves Correia, Excelentíssimo senhor juiz de Direito do Fórum do Poder Judiciário da comarca de Maringá, doutor Shiroshi Yendo, respondendo também como juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, doutor José Camacho Santos. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, doutor Devanir Manchini. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, doutor José Cândido Sobrinho. Juizado Especial Criminal da comarca de Maringá, Excelentíssimo senhor doutor Valdir dos Santos, Juizado Federal Criminal da comarca de Maringá, Excelentíssimo senhor doutor Edvaldo Mendes da Silva. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude da comarca de Maringá, doutor Rene Pereira da Costa. Excelentíssimo senhor juiz de direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Maringá, doutor Jurandir Reis Júnior. Ilustríssimo senhor procurador da República da comarca de Maringá, doutor Natalício Claro da Silva. Ilustríssimo senhor promotor da 1ª Vara Criminal de Maringá, doutor Maurílio Batista Palhares. Ilustríssimo senhor promo-

tor da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maringá, doutor Edson Aparecido Cemensati. Ilustríssima senhora promotora da 3ª Vara Criminal da comarca de Maringá, doutora Emilia Ribeiro Arruda de Oliveira. Ilustríssima senhora promotora da 4ª Vara Criminal da comarca de Maringá, doutora Vilma A. Bonifácio B. Enciso. Ilustríssimo senhor promotor da Vara de Execuções Penais da comarca de Maringá, doutor Otávio Luiz Tonin. Delegado Chefe da Polícia Civil de Maringá, doutor Maurício de Oliveira Camargo. Delegado da Polícia Federal de Maringá, doutor José Ferreira de Oliveira. Delegado da Receita Federal de Maringá, doutor Arcanjo Valério de Lima. Comandante do Quarto Batalhão da Polícia Militar de Maringá, Tenente Coronel Gilberto Kummer. Chefe da Receita Estadual de Maringá, doutor Giancarlo Schettin de Almeida Torres. Comandante da Polícia Militar de Campo Mourão, Major Nelson João Casaroli. Comandante da Polícia Rodoviária Estadual de Maringá e Região, Comandante Esmeraldo Mansano. Delegado Chefe da Polícia Civil de Paranavaí, doutor Paulo Cesar da Silva. Delegado Chefe da Polícia Civil de Campo Mourão, doutor Roberval Butaccini. Comandante da Polícia Militar de Paranavaí, Major José Rigoni Filho. Delegado Chefe da Polícia Civil de Umuarama, doutor Marcolino Aparecido da Costa. Comandante da Polícia Militar de Umuarama, senhor Ronaldo Antonio Maciel de Oliveira. Prefeito Municipal de Umuarama, senhor Antonio Fernando Scana- vaca. Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, senhor vereador Arnaldo Rodrigues da Silva. Prefeito municipal de Paranavaí, senhor Antonio Teruo Kato. Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, senhor vereador Lauro Machado. Prefeito Municipal de Campo Mourão, senhor vereador Tauillo Tezelli. Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, senhor vereador José Eugênio Maciel. Diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, doutor Antonio Tadeu Rodrigues. Arcebispo de Maringá, Dom Murilo Kriger. Presidente do Conselho Municipal de Entorpe- centes, senhor vereador Nilton Tuller. Presentes tam- bém, representantes da Ordem dos Pastores de Maringá e das Universidades. Na sequência, o senhor presidente registrou, fazendo a leitura de ofícios, docu- mentos recebidos pela CPI. A seguir foi passada a palavra para algumas autoridades que discorreram sobre a importância da CPI, a saber: Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Maringá, doutor José Cândido Sobrinho. Ilus- tríssimo senhor promotor da 1ª Vara Criminal da comarca de Maringá, doutor Maurílio Batista Palhares. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, senhor vereador João Alves Correia, que passou as mãos do presidente da CPI, documentos relacionados com a Comissão Especial do Narcotráfico da Câmara Munic- ipal de Maringá. Pastor Sidnei da Comunidade Evangélica. Arcebispo Dom Murilo Kriger, que

encaminhou ao presidente correspondência sobre artigo publicado em jornais e distribuído nas paróquias da região de Maringá. E o representante do Prefeito Municipal, doutor Otávio Salvador, que também pas- sou documento ao senhor presidente. A seguir usaram da palavra os senhores deputados Ricardo Maia e Serafina Carrilho, conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a pre- sença de todos, encerrando os trabalhos e marcando outra reunião para amanhã dia 01 de junho do corrente, às 09h00, neste mesmo local, com pauta já divulgada, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a pre- sente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO NARCOTRÁFICO E DO CRIME ORGANIZADO ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil, no Auditório do Fórum da Comarca de Maringá, às 09:00 horas, foi realizada reunião reservada da Comissão Par- lamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Orga- nizado. Sob a proteção de Deus o senhor presidente abriu os trabalhos, fazendo a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor presidente agradeceu as presenças dos senhores deputados Tiago Amorim, Ricardo Maia, Serafina Car- rilho, Antonio Baratter e Chico Noroeste. Presente, tam- bém, os representantes da Promotoria de Justiça, Ilustríssimo senhor doutor Vani Antônio Bueno, Ilus- tríssimo senhor doutor Luiz Eduardo Silveira Albuquer- que, Ilustríssimo senhor doutor Domingos Tadeu Ribeiro da Fonseca o senhor consultor jurídico da Comissão Par- lamentar Jefferson Abade. A seguir o senhor presidente esclarece que, conforme a agenda de trabalho anterior- mente definida, ouviremos os Excelentíssimos senhores juízes de Maringá, aos quais antecipadamente agradece a presença, tendo a referida agenda de trabalho os seguintes convidados: Excelentíssimo senhor juiz de Direito do Fórum do Poder Judiciário da Comarca de Maringá, e também juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, doutor Shiroshi Yendo. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, doutor José Camacho San- tos. Excelentíssimo senhor juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, doutor Devanir Manchini. Excelentíssimo sen- hor juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, doutor José Cân- dido Sobrinho. Juizado Especial Criminal, Excelentíssimo senhor doutor Valdir dos Santos. Exce- lentíssimo senhor juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude, doutor Rene Pereira da Costa. E Exce- lentíssimo senhor juiz de Direito da Vara de Execuções

Penais, doutor Jurandir Reis Júnior. Durante a reunião reservada e sigilosa, os senhores deputados questionaram os Excelentíssimos senhores juízes e obtiveram suas respostas. Dando prosseguimento aos trabalhos, o senhor presidente comunica a ouvida em reunião reservada e sigilosa do procurador da República, bem como dos promotores da comarca de Maringá, a saber: procurador da República, Ilustríssimo senhor doutor Natalício Claro da Silva. Promotor da 1ª Vara Criminal, Ilustríssimo senhor doutor Maurílio Batista Palhares. Promotor da 2ª Vara Criminal, Ilustríssimo senhor doutor Edson Aparecido Cemensati. Promotora da 3ª Vara Criminal, Ilustríssima senhora doutora Emília Ribeiro Arruda de Oliveira. Promotora da 4ª Vara Criminal, Ilustríssima senhora doutora Vilma A. Bonifácio B. Enciso. Promotor da Vara de Execuções Penais, Ilustríssimo senhor doutor Otávio Luiz Tonin. Após a oitava, os senhores deputados questionaram os senhores promotores da Comarca de Maringá e obtiveram suas respostas. O senhor presidente comunica que a partir deste momento estão suspensos os trabalhos para o almoço, retornaremos a partir das 14:30 horas, de acordo com a pauta. Após a reabertura dos trabalhos foram ouvidos reservadamente o senhor delegado chefe da Polícia Civil, doutor Maurício de Oliveira Camargo, que entregou um dossiê contendo várias matérias de jornais sobre o crime organizado, após 30 minutos de reunião, o doutor delegado civil de Maringá convidou os membros da Comissão para visitarem alguns desmanches de automóveis fechados recentemente por irregularidades, em seguida a Comissão, em comitiva, deslocou-se ao desmanche de propriedade de Juares França Costa "Caboclinho", e até a Auto Peças Muradas, de propriedade de Rogério Chagas Muradas, onde foi demonstrado diversos caminhões em processo de desmanche ou "esquentamento" de chassis, sendo que o senhor delegado Maurício disse que desde que assumiu a 9ª Subdivisão de Maringá houve sensível diminuição da criminalidade no município e contrariando o seu antecessor delegado Aprígio (que afirmava não existirem desmanches em Maringá), disse que foram fechados 29 desmanches após o dia 10 de abril de 2000. A seguir compareceu o senhor delegado da Polícia Federal, doutor José Ferreira de Oliveira, que também entregou um relatório de prisões de traficantes de drogas, dizendo que: tem 76 municípios para cuidar com apenas 35 funcionários e com 3 veículos já bastante usados. Informou que Maringá é um entroncamento com passagem para São Paulo, sul do País, Foz do Iguaçu e Mato Grosso do Sul e que registra um movimento grande não só de caminhões (que são parados só por amostragem) mas registra também, um movimento de cerca de 100 ônibus que passam por final de semana, indo e vindo de Foz do Iguaçu, utilizados por sacoleiros e que também é impossível, com o pequeno número de funcionários, fazer uma melhor fiscalização. Com relação ao Ministério Público, recebemos várias correspondências encaminhadas ao secretário da Segurança Pública, ao ex-delegado geral da Polícia Civil

- senhor Ricardo Kepes de Noronha, ao secretário de Estado da Fazenda e ao ex-secretário de Estado da Segurança Pública - senhor Cândido Martins de Oliveira. Recebemos ainda, da Câmara Municipal de Maringá, material sobre a instalação da Comissão Especial de Investigação - CEI, com algumas denúncias, além de farta documentação da CEI local. Recebemos, da Câmara Municipal de Umuarama, correspondência sobre possíveis ameaças a integrantes da Comissão Especial daquele município. Recebemos também, do arcebispo de Maringá - Dom Murilo Krieger, correspondência sobre artigo publicado em jornais e distribuído nas paróquias da região de Maringá. Recebemos ainda, documentos entregues por vereadores da cidade de Cianorte. A CPI ainda recebeu, denúncia anônima contra traficante de Londrina, parte de informações sobre dois traficantes internacionais e ofício do IML de Maringá. Comandante do Quarto Batalhão da Polícia Militar. Tenente coronel Gilberto Kummer e comandante da Polícia Militar de Campo Mourão, major Nelson João Casarolli, que entregaram relatórios contendo nomes de pessoas envolvidas na questão das drogas e dos desmanches de veículos. Destacando-se ainda, a questão do major Cassarolli que foi indiciado em inquérito policial, por parte da Polícia Civil por trabalho de investigação que ele fez sobre os desmanches (acusado de usurpação da função pública), durante a gestão anterior do delegado Aprígio. Delegado chefe da Polícia Civil de Campo Mourão, doutor Roberval Butaccini. Na sequência deu-se início as audiências públicas. Foram ouvidas as seguintes pessoa: Geni Francisco Lourenço, Christensen Roberth Gagliardi, um homem com codinome Eduardo e uma mulher com codinome Maria. Por último foi ouvido um senhor que preferiu não ser identificado. Todas essas pessoas foram identificadas conforme termo de compromisso parte integrante desta Ata, conforme notas taquigráficas em anexo. Doutor Vani Antonio Bueno solicita ao senhor presidente que determine constar em Ata um voto de louvor ao delegado chefe da Polícia Civil de Maringá, doutor Maurício de Oliveira Camargo, pela forma como ele vem se comportando na conduta das investigações. O senhor presidente informa que será feito. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de junho de dois mil, na Sala de Reuniões da Procuradoria de Investigação Criminal - PIC, às 17:30 horas, foi realizada reunião reservada da

Sub-Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Tendo como presentes os senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Chico Noroeste. Tendo também como presenças os promotores de Justiça, doutor Vani Antonio Bueno, doutor Dartangnan C. Abilhoa, doutor Armando Antonio Sobreiro Neto e o consultor jurídico desta CPI, doutor Jefferson Abade ~~e o depoente o qual pediu para não ser divulgado seu nome~~. Sob a proteção de Deus o senhor presidente abriu os trabalhos, agradecendo as presenças dos senhores deputados presentes. Informou aos presentes que iniciará o depoimento do senhor (nome não divulgado), conforme notas taquigráficas, sendo parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinda pelo senhor presidente e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Annibelli.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim

Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do deputado Nelson Justus.

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva e Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA

DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 027/99

A presente emenda tem por objetivo suprimir do texto original do Projeto de Lei nº 158/96, o artigo 2º, o parágrafo único do artigo 7º, e os artigos 13 e 14, renumerando os demais adequadamente. Tem ainda por escopo esta proposição, alterar a redação do artigo 5º, “*caput*” e do seu parágrafo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 5º - Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais compulsórias periódicas, com o intervalo máximo de 04 (quatro) anos, as pessoas jurídicas públicas ou privadas com atividades de elevado potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, tais como:

...

§ 1º - Poderão ser dispensados da realização de auditorias ambientais compulsórias periódicas, os empreendimentos de pequeno porte ou de reduzido potencial poluidor ou degradador do meio ambiente.”

Sala das Sessões, em 20.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas visam sanear vícios de constitucionalidade do projeto de lei uma vez que providências de natureza administrativa inserem-se exclusivamente na competência do Poder Executivo Estadual cuja finalidade e razão de ser é justamente administrar o Estado, segundo critérios de conveniência e oportunidade, pautado nos princípios que regem a administração pública, prescritos no artigo 27, da Constituição Estadual.

Quanto a alteração promovida no artigo 5º, é suficiente que seja realizada uma vez em cada mandato governamental, sendo desnecessário em tempo menor haja vista que o próprio projeto de lei já contém previsão da realização de auditorias ambientais ocasionais sempre que necessário.

O projeto será encaminhado à CCJ para o competente Parecer.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que inclui os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Cesar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 563/99.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/00, autoria do deputado Duílio Genari, que cria o “Polo Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná”, centralizado no município de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.T.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E S.P. e C.D.H.. **Aprovado. (Pub. no D.A. nº 158, de 04.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 551/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assem sendo, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03. 11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 551/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Algaci Túlio, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Almirante Tamandaré.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, entende que a criação da Delegacia da Mulher no Município de Almirante Tamandaré, trará benefícios à população feminina, visto o grande número de ocorrências policiais contra a mulher naquela região.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 551/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a delegacia da Mulher no Município de Almirante Tamandaré.

Ao analisarmos a proposta em questão concluímos que não existem óbices legais que impeçam sua normal tramitação.

Nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.99.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 21, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 518, 621 e 640/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/99

Levanta-se a sessão.